

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DE MINAS GERAIS - *CAMPUS* OURO PRETO  
TECNOLÓGICO EM CONSERVAÇÃO E RESTAURO

WILLIAM DOS SANTOS NEVES

A CÂMARA DE MARIANA E OS CONCEITOS ADOTADOS EM SUA RESTAURAÇÃO

OURO PRETO-MG

2025

WILLIAM DOS SANTOS NEVES

A CÂMARA DE MARIANA E OS CONCEITOS ADOTADOS EM SUA RESTAURAÇÃO

Artigo submetido à Coordenação do Curso de Tecnologia em Conservação e Restauro do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Tecnólogo em Conservação e Restauro.

Orientador: Professor Mestre Rodrigo Otávio De Marco Meniconi.

OURO PRETO-MG

2025

---

N518c

Neves, William dos Santos.

A Câmara de Mariana e os conceitos adotados em sua restauração  
[manuscrito] / William dos Santos Neves. – 2025.

62 f. : il.

Orientador: Rodrigo Otávio de Marco Meniconi.

Trabalho de Conclusão de Curso (tecnologia) – Instituto Federal de  
Minas Gerais. *Campus* Ouro Preto, 2025.

1. Câmara Municipal. Mariana (MG) – Restauração. 2. Edifícios  
históricos – Conservação e restauração. 3. Patrimônio histórico. I.  
Meniconi, Rodrigo Otávio de Marco. II. Instituto Federal de Minas Gerais.  
*Campus* Ouro Preto. III. Título.

CDU: 719(815.1)

---

Catálogo: Andresa Aredes Ferreira CRB-6/MG-003262/0

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DE MINAS GERAIS - *CAMPUS* OURO PRETO  
TECNOLÓGICO EM CONSERVAÇÃO E RESTAURO


FOLHA DE APROVAÇÃO


William dos Santos Neves

A CÂMARA DE MARIANA E OS CONCEITOS ADOTADOS EM SUA RESTAURAÇÃO

Aprovado em: 20 / 03 / 2025 pela banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Rodrigo Otavio de Marco Meniconi- IFMG (Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Getúlio Alves de Souza Matos - UFOP

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Ma. Ana Paula de Moraes - IFMG

“Senhor, meu pastor, e nada me faltará.”  
(BÍBLIA, PASTORAL, A.T., Salmo 23, 1)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus.

“De fato, é Javé quem concede a sabedoria, e de sua boca procedem o conhecimento e o entendimento. Ele reserva a sensatez aos retos e é escudo para os que agem com integridade. Vigia as trilhas do direito e protege o caminho dos seus fiéis. Então compreenderás a justiça, o direito, a retidão e todos os caminhos da felicidade. Pois a sabedoria penetrará em teu coração, e o conhecimento será agradável à tua alma.” (BÍBLIA, Edição Pastoral, Antigo Testamento, Provérbios 2, 6–10).

Dedico este trabalho à minha noiva, Letícia Franceline do Carmo, pelo apoio e companheirismo incondicionais. Também o dedico aos meus pais, Elisângela e João, cuja dedicação e incentivo foram fundamentais para que eu não desistisse ao longo desta trajetória. Agradeço à minha irmã, Beatriz, à minha avó, Maria André, e à minha tia-avó, Odete (in memoriam), por todo o suporte e presença em minha vida.

Esta conquista é compartilhada com meus amigos, cuja importância transcende palavras. Agradeço, igualmente, aos meus pets, Maya e Pipoca, cuja convivência contribuiu para meu amadurecimento e desenvolvimento pessoal.

## AGRADECIMENTOS

Durante diversas fases da minha vida, nunca imaginei que teria a oportunidade de contribuir para a restauração e preservação dos bens móveis e imóveis de nossa região, especialmente nas cidades históricas de Ouro Preto e Mariana. Minha primeira experiência no curso de Conservação e Restauro, realizado entre 2016 e 2019, foi crucial para estabelecer vínculos profissionais e adquirir conhecimentos essenciais para a preservação do nosso patrimônio cultural.

Entre 2019 e 2021, atuei como auxiliar de conservação e restauro na Igreja Nossa Senhora da Conceição, onde tive o privilégio de aprender de forma significativa com a equipe da empresa ANIMA Conservação e Restauro. Essa vivência não apenas me proporcionou o aprimoramento técnico, mas também me ensinou a importância da melhoria contínua e do reconhecimento da presença de Deus em cada conquista e superação.

Obrigado, Senhor!

“Eu amo a Javé, porque ele ouve a minha voz suplicante, porque inclina seu ouvido para mim, no dia em que eu o invoco. Laços de morte me cercavam, eram redes mortais, e eu caí na angústia e aflição. Então, invoquei o nome de Javé: 'Javé, salva minha vida!' Javé é justo e clemente, o nosso Deus é compassivo. Javé protege os simples: eu fraqueava, e ele me salvou. Volte ao repouso, ó minha vida, porque Javé foi bondoso com você. Libertou minha vida da morte, meus olhos das lágrimas e meus pés de uma queda.” (BÍBLIA, PASTORAL, A.T., Salmo 116, 1–8).

Ao decidir retornar aos estudos em 2024, tomei a iniciativa de prestar vestibular novamente, com o objetivo de concluir com êxito o meu curso de Jornalismo, que finalizei no segundo semestre de 2023. Durante essa jornada acadêmica, utilizei os conhecimentos adquiridos para enriquecer minha formação, o que me motivou a reiniciar o curso de Tecnologia em Conservação e Restauro no IFMG, buscando ampliar minha atuação e aprofundar meus conhecimentos na área.

Somente em Deus edificarei minha casa e colocarei minha esperança. Nele, minha alma encontrou descanso, e pude respirar novamente. Meu coração anseia por Te encontrar, assim como a terra seca anseia pela chuva. Vem me saciar, pois encontrei na Eucaristia consagrada o meu verdadeiro lugar. Nas minhas orações do Rosário, me conecto com a Virgem Maria e com Deus, meditando sobre Jesus. Gratidão a Deus por essa formação.

## RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de restauração da antiga Câmara e Cadeia de Mariana, realizado entre 2021 e 2023, com foco nas intervenções voltadas à preservação do patrimônio histórico. A pesquisa utiliza fotografias para documentar as modificações em esquadrias, estrutura, pisos e alvenarias, comparando as práticas de restauração com os princípios teóricos aplicados. A análise foi conduzida por meio de visitas ao edifício, utilizando equipamentos fotográficos e de construção civil para registrar as alterações e avaliar a adequação das intervenções. Além disso, foram realizadas pesquisas em arquivos históricos e entrevistas com os responsáveis pelo projeto de restauração. O trabalho busca verificar a eficácia das técnicas adotadas no processo de preservação, contribuindo para a documentação e reflexão sobre a importância da conservação do patrimônio cultural no contexto das práticas de restauração modernas, com a aplicação dos teóricos da restauração. A pesquisa também pretende abordar a restauração de elementos específicos, como o estuque, e sua relevância para o processo de preservação.

**Palavras-chave:** Teoria da Restauração; Restauração Arquitetônica; Patrimônio Histórico.

## **ABSTRACT**

This study examines the restoration process of the former Câmara e Cadeia of Mariana, undertaken between 2021 and 2023, with a primary focus on the interventions aimed at preserving the historical heritage. The research employs photographs to document modifications to windows, structural components, flooring, and masonry, comparing the restoration practices with the theoretical principles applied. The analysis was conducted through site visits, utilizing photographic and construction equipment to record the alterations and evaluate the adequacy of the interventions. Furthermore, historical archive research was carried out, along with interviews with the professionals responsible for the restoration project. The study seeks to assess the effectiveness of the techniques employed in the preservation process, contributing to the documentation and reflection on the significance of cultural heritage conservation within the framework of modern restoration practices, incorporating the theories of restoration. Additionally, the research aims to address the restoration of specific elements, such as stucco, and its importance within the broader preservation effort.

**Keywords:** Restoration Theory; Architectural Restoration; Historical Heritage.

## LISTA DE IMAGENS

- Figura 1 - Esquadrias e janelas pintadas na cor identificada por prospecções, conforme uso anterior.  
Fonte: Pesquisador.....34
- Figura 2 - Portas e esquadrias pintadas na cor identificada por meio de prospecções anteriormente empregadas.  
Fonte: Pesquisador.....34
- Figura 3 - Alvenarias pintadas com tonalidades e artes identificadas por prospecções, conforme uso anterior  
Fonte: Pesquisador.....36
- Figura 4 - Alvenarias pintadas com tonalidades e artes das prospecções, em conformidade com uso anterior  
Fonte: Pesquisador.....36
- Figura 5 - O processo de reversibilidade foi realizado na porta dos fundos, que anteriormente era uma janela, possibilitando sua futura reversão.  
Fonte: Pesquisador.....37
- Figura 6 - Um elevador foi acrescentado, porém o processo é reversível caso seja necessário  
Fonte: Pesquisador.....37
- Figura 7 - Reversibilidade realizada na porta dos fundos, antes uma janela, permitindo futura reversão (vista externa)  
Fonte: Pesquisador.....37
- Figura 8 - Quadro interativo com vidro temperado que permite aos visitantes assinar e deixar suas marcas em uma edificação histórica, sendo removível para garantir flexibilidade e respeito ao patrimônio  
Fonte: Pesquisador.....39
- Figura 9 - Vista do outro lado do quadro interativo com vidro temperado, que permite aos visitantes assinar e deixar suas marcas em uma edificação histórica, sendo removível para garantir flexibilidade e respeito ao patrimônio. O quadro está localizado atrás deste antigo portão  
Fonte: Pesquisador.....39
- Figura 10 - Janela aberta para o operador de som e transmissão acompanhar as atividades técnicas e sugerir melhorias nas transmissões online das reuniões e eventos do Legislativo.  
Fonte: Pesquisador.....40
- Figura 11 - Janela aberta para o operador de som e transmissão, projetada para ser removível no forro, garantindo mínima intervenção e preservação do objeto histórico  
Fonte: Pesquisador.....40

Figura 12 - Janela aberta para o operador de som e transmissão, projetada para ser removível no forro, garantindo mínima intervenção e preservação do objeto histórico.

Fonte: Pesquisador.....40

Figura 13 - Escritório no sótão, construído com divisórias industriais, projetado para transmissões online e som das reuniões no plenário, preservando a estrutura histórica.

Fonte: Pesquisador.....41

Figura 14 - Estrutura do telhado e do forro do plenário

Fonte: Pesquisador.....41

Figura 15 - Banheiro em processo de ampliação, destacando a estrutura antiga na restauração realizada pela empresa A3.

Fonte: FURINI.....42

Figura 16 - Banheiro masculino em finalização, com instalação do vaso sanitário na reforma realizada pela empresa A3

Fonte: FURINI.....42

Figura 17 -Banheiro com acessibilidade.

Fonte: Pesquisador.....42

Figura 18 - : Escada parcialmente construída para complementar o acesso ao sótão

Fonte: Pesquisador.....44

Figura 19 - Escada de acesso ao sótão, vista de ângulo distinto. Fotografia do autor.

Fonte: Pesquisador.....44

Figura 20 - Sótão com sino e janela instalada para impedir o acesso de aves. Fotografia do autor.

Fonte: Pesquisador.....44

Figura 21 - Lustre pendente, incorporado no último processo de restauração, que harmoniza com o edifício restaurado

Fonte: Pesquisador.....45

Figura 22 - Espaço, originalmente cadeia e, posteriormente, salas administrativas, adaptado para exposições após a restauração da Câmara Municipal de Mariana

Fonte: Pesquisador.....45

Figura 23 - Espaço, anteriormente cadeia e salas administrativas, adaptado para exposições após a restauração na Câmara de Mariana.

Fonte: Pesquisador.....45

Figura 24 - Equipamentos de TV para aprimorar a comunicação e transmissão ao vivo da câmara	
Fonte: Pesquisador.....	46
Figura 25 - Equipamentos de TV para aprimorar a comunicação e transmissão ao vivo.	
Fonte: Pesquisador.....	46
Figura 26 - Vista detalhada do forro da Casa da Câmara de Mariana, destacando sua estrutura e acabamento após a restauração.	
Fonte: Pesquisador.....	46
Figura 27 - Preservação do piso em pedra na restauração	
Fonte: FURINI.....	47
Figura 28 - Substituição do piso de pedra por madeira	
Fonte: Pesquisador.....	47
Figura 29 - Intervenção restaurativa executada por funcionário da empresa A3, com visibilidade das estruturas de madeira da Câmara Municipal de Mariana.	
Fonte: Pesquisador.....	48
Figura 30 - Exame detalhado das vigas estruturais de madeira da Câmara Municipal de Mariana, evidenciando sua configuração e integridade estrutural	
Fonte: Pesquisador.....	48
Figura 31 - Espaço anteriormente destinado à cadeia e salas administrativas, adaptado para exposições após a restauração da Câmara Municipal de Mariana. Fotografia de autoria do pesquisador.	
Fonte: Pesquisador.....	48

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 A HISTÓRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA.....	17
1.1 A função das câmaras no período colonial.....	17
1.2 A Câmara de Mariana.....	19
2 RESTAURAÇÃO DA CÂMARA DE MARIANA.....	23
2.1 As patologias encontradas no processo de restauração da Câmara de Mariana....	23
2.2 Estado das Pinturas na Restauração da Câmara de Mariana.....	25
2.3 Arqueologia da Arquitetura da Câmara de Mariana.....	26
2.4 Processo de restauração da Câmara de Mariana.....	28
3 Teorias de Restauração na Câmara de Mariana.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS:.....	50
REFERÊNCIAS.....	52

## INTRODUÇÃO

A trajetória deste artigo é compreendida como uma continuidade do trabalho intitulado "*Assessoria na Produção Audiovisual: Casa de Câmara e Cadeia de Mariana*", o qual documentou a reinauguração da Câmara Municipal de Mariana, em Minas Gerais. A monografia, desenvolvida no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), tem como objeto de estudo a preservação do patrimônio histórico da Casa de Câmara e Antiga Cadeia de Mariana. Neste contexto, o estudo busca explorar o impacto da colaboração entre influenciadores e especialistas, evidenciando a relevância de um vídeo independente produzido em agosto de 2023. A análise concentra-se na interseção entre preservação, memória e redes sociais, com ênfase na utilização do *Vídeo News Release (VNR)* e do Instagram como ferramentas de comunicação institucional.

Neste novo estudo, a pesquisa se aprofunda na restauração da antiga Câmara e Cadeia de Mariana, com o objetivo de examinar de forma detalhada o processo de intervenção realizado neste edifício histórico. O foco recai sobre a análise das intervenções realizadas, especialmente nas áreas de esquadrias, estrutura, pisos e alvenarias. A pesquisa tem como principal abordagem o exame de fotografias, com a intenção de identificar e correlacionar os princípios teóricos de restauração e conservação aplicados no processo entre 2021 e 2023.

O patrimônio cultural da Câmara Municipal de Mariana é considerado de grande importância para o município, representando um elo vital com sua história e identidade. Conforme definido por Rodrigues e Coêlho (s/d *apud* NEVES, 2023, p. 33), o patrimônio é uma herança simbólica e tecnológica deixada pelas gerações anteriores, sendo essencial para a construção da identidade de um povo. Nesse contexto, a restauração da sede da Câmara de Vereadores de Mariana, que é a primeira Câmara de Minas Gerais, revela-se como uma ação crucial para a conservação do patrimônio histórico público do município.

Para o desenvolvimento do estudo de caso, foi realizada uma visita à antiga Câmara e Cadeia de Mariana, com o intuito de fotografar as intervenções realizadas durante o

processo de restauração. Foram registradas as mudanças nas esquadrias, estrutura, pisos e alvenarias. A documentação fotográfica foi feita utilizando câmeras fotográficas tradicionais, iPhones e smartphones, com o objetivo de garantir a diversidade na captura de detalhes e garantir a qualidade da imagem. Além disso, equipamentos de construção civil foram levados para conferir dados técnicos e ajudar na observação de possíveis intervenções inadequadas ou insuficientes.

Além da observação visual, a pesquisa também incluiu uma análise de arquivos digitais e analógicos sobre o processo de restauração. A coleta de informações históricas e técnicas complementou o trabalho fotográfico, enriquecendo a análise com dados contextuais. Foram realizadas entrevistas com Adriano Furini e com os funcionários da empresa A3 Restauro, buscando obter informações de primeira mão por meio de depoimentos. Complementando a pesquisa, foram consultados livros e artigos acadêmicos sobre restauração para embasar teoricamente as conclusões do estudo.

As fotografias obtidas durante o trabalho de campo serão utilizadas para ilustrar os objetos de estudo, permitindo uma comparação entre as intervenções realizadas e as teorias de restauração aplicadas. Cada imagem será numerada, a fim de detalhar o passo a passo do processo de restauração. Adicionalmente, diagramas e plantas do edifício serão incorporados para ilustrar as modificações realizadas ao longo do tempo. A construção do relatório objetiva, então, analisar o processo pós-restauração, avaliando tanto a eficácia das técnicas empregadas quanto o estado atual das edificações.

É importante destacar que os edifícios históricos desempenham um papel significativo na história e na cultura de uma região. Com o tempo, esses edifícios podem sofrer degradação estrutural, o que demanda intervenções precisas para preservar sua integridade. Portanto, o estudo do processo de restauração da antiga Câmara e Cadeia de Mariana visa documentar as técnicas e conceitos aplicados, contribuindo para a reflexão sobre a preservação de patrimônio e o valor das edificações históricas.

Conforme Zanirato (2018), a preservação de locais de patrimônio envolve decisões fundamentadas em uma diversidade de valores. O título de Patrimônio Mundial,

embora comumente associado à legitimação, possui significados que variam conforme o contexto cultural. Preservar edificações e tradições é fundamental para afirmar a identidade de uma região, criando uma base sólida para a proteção de sítios culturais, monumentos, santuários e outros marcos de valor histórico e cultural.

# **1 A HISTÓRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA**

## **1.1 A função das câmaras no período colonial**

Em 1504, Portugal estabeleceu um sistema de governo municipal baseado nas câmaras, que funcionavam como sedes administrativas e primeiras instâncias jurídicas dos termos concelhios e seus territórios. Os oficiais das câmaras, como juízes, vereadores e procuradores, eram eleitos entre os líderes locais com mais de 25 anos. Embora a composição das câmaras fosse relativamente padronizada, elas se adaptaram às necessidades e características locais, resultando em diversas configurações (Antunes; Silveira, 2019, p. 19).

Durante o período colonial, as câmaras municipais possuíam amplos poderes e frequentemente negociavam diretamente com Lisboa, apesar da presença de autoridades intermediárias, como governadores e ouvidores (Oliveira, 2021, p. 13). A independência do Brasil em 1822 representou uma crise para o "antigo regime", embora muitas práticas tenham persistido. Barreto (1949, p. 2-3 apud Trindade, 2023, p. 45) observa que as "Domus Municipais" eram sedes da administração da justiça, sempre localizadas nas praças centrais ou mercados das cidades. No Brasil, mesmo sob domínio português, a organização das câmaras refletia as práticas do colonizador, absorvendo diretrizes religiosas, legislação, agricultura e instituições municipais (Barreto, 1949, p. 13 apud Trindade, 2023, p. 45).

As eleições na época eram indiretas, com os "homens bons" (ou nobres) votando em seis eleitos que, por sua vez, escolhiam os candidatos aos cargos de dois juízes ordinários ou da terra, três ou quatro vereadores e um procurador. Nos conselhos menores, esses cargos também acumulavam funções de tesoureiros (Trindade, 2023, p. 45).

As eleições eram indiretas, com os "homens bons" (ou nobres) votando em seis eleitos que, por sua vez, escolhiam os candidatos aos cargos de dois juízes ordinários ou da terra, três ou quatro vereadores e um procurador. Nos conselhos menores, esses cargos também acumulavam funções de tesoureiros (Trindade, 2023, p. 45).

As câmaras municipais atuavam como tribunal de primeira instância em casos sumários e eram responsáveis pela arrecadação de impostos municipais, obtendo receita também das multas aplicadas a infratores pelos almotacés. Além disso, supervisionava a distribuição e o arrendamento de terras municipais e comunais, lançavam e cobravam taxas, fixavam preços de venda de produtos e provisões, e verificavam licenças para vendedores ambulantes e de construção. Cuidavam da manutenção de obras públicas, regulamentavam feriados e procissões e zelavam pela segurança pública (Boxer, 2002). Também organizavam e patrocinavam festas relacionadas à família real e ao calendário litúrgico, o que absorvia uma parte significativa de sua receita, como no caso da Câmara de Vila do Carmo (Brandão, 2009, p. 20 apud Trindade, 2023, p. 16).

No tocante às câmaras municipais, competia a elas atuarem como um tribunal de primeira instância em casos sumários. Na esfera fiscal, incumbia-lhes a arrecadação dos impostos municipais, obtendo daí sua receita, além da obtenção de rendas provenientes das multas aplicadas a infratores pelos almotacés. Eram também responsáveis por supervisionar a distribuição e o arrendamento das terras municipais e comunais, lançar e cobrar taxas municipais, fixar preços de venda de produtos e provisões, verificar licenças para vendedores ambulantes e de construção; assegurar a manutenção de obras públicas, regulamentar feriados e procissões, além de cuidar do policiamento e da saúde pública (BOXER, 2002). Não obstante, cabia às câmaras a regulamentação, organização e patrocínio de festas referentes à família real e ao calendário litúrgico, o que, no caso da Câmara de Vila do Carmo, absorveu uma significativa parcela da sua receita (BRANDÃO, 2009, p. 20, apud TRINDADE, 2023, p. 16).

De acordo com Barreto (1949, p. 16-17 apud Trindade, 2023, p. 16), as câmaras municipais no Brasil colonial estavam subordinadas aos ouvidores e desempenhavam funções cruciais, como homologar eleições e emitir "cartas de usança". Este sistema tinha um corpo administrativo semelhante ao da atual Justiça do Trabalho, com escrivães de ofício. A confusão entre poderes administrativo e judicial refletia a complexidade e a transição de funções ao longo do período colonial. A lei de 1º de outubro de 1828 trouxe uma mudança significativa, com as câmaras perdendo suas

funções judiciais e transformando-se em instituições administrativas sob os Conselhos Gerais, Presidentes de Província e o Governo Geral, resultando na extinção das corporações de ofício e seus cargos associados.

Para melhor visualização da estrutura das câmaras na era colonial e das respectivas funções de cada cargo, baseamo-nos no estudo de Renato Pinto Venâncio (1998, p. 139). É importante notar que as atividades de natureza militar foram excluídas dessa estrutura, uma vez que a documentação camarária apresenta lacunas consideráveis a esse respeito (Trindade, 2023, p. 17).

Após a independência do Brasil, o Império implementou o Código Criminal de 1830 e o Código de Processo de 1832. Em 1841, criou os cargos de chefes e delegados de polícia, e, a partir de 1871, as funções judiciais foram exclusivas das autoridades judiciárias (Barreto, 1949, p. 17 apud Trindade, 2023, p. 49). Durante o período colonial, as câmaras desempenhavam amplas funções, incluindo administração da infraestrutura urbana, saneamento, segurança pública e serviços comunitários, visando promover a tranquilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes (Leal apud Chaves et al., 2008, p. 17; Trindade, 2023, p. 49).

De acordo com Maria Verônica Campos, as câmaras municipais na região de Minas Gerais apresentavam limitações significativas em comparação com outras regiões da América Portuguesa. Após 1720, perderam o controle sobre o quinto, a administração de contratos régios e foram proibidas de criar estancos para aguardentes, carne e fumo. Além disso, com exceção do alcaide, as câmaras não tinham a prerrogativa de nomear cargos de portaria, escrivania ou tesouraria (Chaves, Pires et al., 2015, p. 15).

## **1.2 A Câmara de Mariana**

De acordo com Neves (2023, p. 37), o processo de edificação da Câmara Municipal teve início em 1768, com parte do projeto já delineada em 1762. O edifício apresenta seis janelas grandes no andar superior, que emolduram o portal de entrada, ricamente decorado. Este portal é acessado por meio de um amplo caminho, proporcionando uma visão imponente e histórica. Após um extenso período de trabalho e dedicação, a

construção foi concluída somente em 1798, conforme relatado por Lage (2018, p. 15-16).

O levantamento das obras de José Pereira Arouca revelou sua participação em 66 projetos, envolvendo construções, reformas e emissão de laudos técnicos. Seus serviços abrangeram igrejas, prédios públicos, casas particulares e estruturas urbanas, como pontes e calçadas. O estudo concentra-se nas obras religiosas e na Casa de Câmara e Cadeia, principais realizações públicas de Arouca, excluindo construções urbanas e residenciais (Lage, 2018, pp. 15-16; Neves, 2023, p. 37).

As obras da Casa de Câmara e Cadeia foram realizadas em várias etapas. Primeiramente, concentrou-se na extração, condução e desbaste das pedras destinadas aos alicerces, portais e vergas. Em seguida, foram construídos os espaços de reclusão, com comunas, fogão e chaminés, sobre um lajeado de pedra dura, que foi coberto pelo vigamento de madeira do andar superior. A sala do Senado da Câmara foi então erguida na fachada principal, adornada com cortinas e retratos de D. João V, D. José I e D. Maria I. Finalmente, o telhado, a campana com seu sino e as escadas que levavam a uma tribuna de pedra foram completados, destacando-se a heráldica e as armas reais na portada, que mais tarde foram substituídas pelas do Império, conforme descrito por Antunes e Silveira (2019, p. 25).

O Senado da Câmara de Mariana iniciou a construção da Casa de Câmara e Cadeia com a autorização do Governador da Capitania em 1782. José Pereira Arouca venceu a concorrência pública para as obras em outubro do mesmo ano. O projeto original, elaborado por José Pereira dos Santos em 1762, contou com a colaboração de outros oficiais que já haviam trabalhado com Arouca em projetos anteriores. Após o falecimento de José Pereira Arouca em 1795, a conclusão do edifício foi supervisionada por seu testamenteiro, Francisco Fernandes Arouca (Antunes; Silveira, 2016 apud Neves, 2023, p. 38).

Ao considerarmos a data de construção é notável que a Câmara de Mariana foi edificada com o trabalho de pessoas submetidas a escravidão . Tal fato torna-se evidente ao observarmos sua localização,

no conjunto da Praça Minas Gerais, de frente a um pelourinho, local que era usado para punir qualquer desvio de conduta dos que estavam sob aquele regime, durante o período colonial brasileiro. Essa construção forma um conjunto arquitetônico marcante em Mariana, unindo-se harmoniosamente às imponentes igrejas de São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo. (Neves, 2023, p. 38).

De acordo com Antunes e Silveira (2019, p. 30), em 1731, os vereadores de Mariana contrataram a pintura do teto da Casa de Câmara. O painel central apresentava as armas reais de D. João V, descritas como "com sua curva de ouro sombreado e suas pedras de diamantes fingidos, castelos de ouro da mesma forma em campo encarnado, os cunhos azuis com as quinas brancas em campo de prata". O teto, composto por grandes quadrados de madeira conforme a tradição da época, incluía outros painéis decorados com fundos dourados, florões e tarjas, fazendo referência à Santa do Monte do Carmo. Pinturas similares, também com as armas reais em ouro e prata, eram encontradas em locais como a Casa de Câmara de Vila Rica, a Casa da Moeda em Vila Rica, a Casa do Conselho de Sabará e outros espaços da Colônia, incluindo Salvador. Esse destaque para os símbolos régios é interpretado por estudiosos como parte de uma estratégia de afirmação do poder da Coroa, utilizando criações culturais para reforçar sua autoridade e presença simbólica em diversos espaços públicos. Roger Chartier observa que:

Alguns signos do poder são realmente símbolos, implicando uma relação de representação entre uma imagem visível e um conceito ou uma abstração que ela manifesta. Outros não o são de forma nenhuma, pois supõem relações completamente diferentes entre os signos e as realidades que eles visam – como os signos-indícios, que permitem uma identificação, ou os signos-designação, que exprimem valorizações e desqualificações, honra e infâmia. Por isso, é sem dúvida necessário não confundir as insígnias ligadas à pessoa do príncipe, os objetos próprios que tornam perceptível e reconhecível a sua soberania, e os materiais mais diversos que estão encarregues de representar o poder nos lugares onde não se encontra o príncipe, através da presença multiplicada e perpetuada das personificações e alegorias que mostram (e demonstram) a continuidade e a ubiquidade do poder público (Silveira, 2019, p. 30).

No contexto da preservação arquitetônica, destaca-se o comprometimento de José Pereira Arouca, conforme mencionado por Lage (2018). Arouca seguiu rigorosamente as diretrizes do projeto atribuídas a seu suposto falecido tio, José Pereira dos Santos. A Casa de Câmara e Cadeia em Mariana mantém sua autenticidade e é reconhecida por historiadores e arquitetos como um raro exemplo da arquitetura colonial mineira. Este processo de preservação revela a seletividade com a qual interpretamos o passado, evidenciada nas reformas das cadeias marianenses no século XVIII, e como essas escolhas influenciam nossa compreensão histórica (Neves, 2023, p. 39).

Segundo Rouwe de Souza (2003, p. 9), a estrutura jurídica em Mariana no século XIX compreendia diversos cargos, como juiz de direito, juiz de paz, juiz municipal, delegado, subdelegado, escrivão, tabelião e carcereiro. O juiz de paz, instituído em 1827, tornou-se uma figura essencial na estrutura penal após a promulgação do Código Criminal em 1830. No entanto, sua atuação frequentemente enfrentava críticas por ineficiência e arbitrariedade (Neves, 2023, p. 40).

O edifício da Casa de Câmara e Cadeia foi planejado e executado por José Pereira Arouca. O mestre e projetista iniciou as obras em 1768 e concluiu em 1798. A construção foi realizada com “pedra, desde a base às cimalthas, portais e vergas em pedra verde-claro, com talhas e aplicações artísticas, e, encimando o pórtico, um bonito florão com as armas reais” (Vasconcellos, 1947, p. 47 apud Silva, 2014, p. 19). Este edifício não apenas reflete a habilidade e o compromisso de Arouca, mas também exemplifica a preservação cuidadosa da arquitetura colonial brasileira.

Durante o século XVIII as casa e edifícios públicos brasileiros continuaram a seguir sem grandes variações os modelos portugueses congêneres. Na mãe-pátria o século divide-se em três períodos que aproximadamente correspondem aos reinados de três soberanos, cada qual com sua significação artística marcada. No reinado de D. João V (1706-1750) predomina a influência barroca romana dos fins do século XVII. Com D. José I (1750-1777) entra em moda o rococó francês, e com Dona Maria I (1777-1816) começa a impor-se o espírito da arquitetura neo-clássica internacional. (SMITH, 1969, p. 98 apud SILVA, 2014, p. 22).

## **2 RESTAURAÇÃO DA CÂMARA DE MARIANA**

A Casa de Câmara e Cadeia em Mariana mantém sua autenticidade e é reconhecida por historiadores e arquitetos como um raro exemplo da arquitetura colonial mineira. A seletividade desse processo de preservação é evidenciada nas reformas das cadeias marianenses no século XVIII, destacando como interpretamos o passado por meio da preservação (Neves, 2023, p. 39). Durante a restauração da Câmara Municipal, iniciada em outubro de 2020, a empresa A3, sob a liderança do restaurador Adriano Furini, assumiu a responsabilidade pelo projeto (Neves, 2023, p. 50). A edificação, tombada pelo IPHAN em 1949 com o registro 414-T, foi escolhida para preservação com a justificativa de proteger esses monumentos de possíveis danos futuros: "não só porque de fato merecem essa providência, mas também porque assim ficaremos a salvo de dificuldades futuras frente aos possíveis danos que venham a sofrer" (Carvalho, 2012, p. 61 apud Neves, 2023, p. 40).

### **2.1 As patologias encontradas no processo de restauração da Câmara de Mariana**

Durante o processo de restauração da Câmara de Mariana, Castriola e Souza (2024, p. 13) identificaram que a inadequação do espaço interior da Câmara Municipal era um problema significativo. Os gabinetes dos conselheiros eram pequenos e mal dimensionados, o que dificultava reuniões e a acomodação dos cidadãos. A falta de espaço para armazenar materiais históricos compromete a preservação da memória institucional, e a desordem no estacionamento afeta o tráfego ao redor do prédio.

Oliveira (2023, p. 90-91) apontou que as fachadas apresentavam umidade excessiva e intervenções inadequadas com argamassa de cimento. Isso causou escurecimento devido a infiltrações, intempéries e poluição, além de alterações nas volumetrias e acabamentos. Apesar desses problemas, os materiais e revestimentos são de boa qualidade. A estrutura de pedra e cal está em bom estado, mas a fachada apresenta trincas inclinadas e verticais e fungos no coroamento.

No Armazém, as fachadas de alvenaria de adobe e reboco estão bem conservadas, mas apresentam alterações na volumetria original, como acréscimos com materiais de

baixa qualidade e recomposições grosseiras (Oliveira, 2023, p. 92). A degradação do reboco é evidente, com desprendimentos de pintura e escurecimento por umidade.

A fundação e as paredes da Casa de Câmara e Cadeia estão em boas condições gerais. No pavimento superior, foram observados sinais de degradação, como trincas e descolamento do forro. A Capela de São Jorge tem paredes em bom estado, exceto por uma rachadura inclinada acima da porta interna. O Armazém não apresenta problemas estruturais significativos (Oliveira, 2023, p. 93-94).

A documentação dos materiais construtivos, como alvenaria de pedra e cal, adobe, tijolos e revestimentos, revela uma conservação geral adequada, exceto nas áreas de alteração, como perfurações e tubulações aparentes. As pinturas internas também mostram degradação (Oliveira, 2023, p. 94).

Um diagnóstico detalhado avaliou o estado de conservação dos pisos, paredes e tetos (Oliveira, 2023, p. 94). Este diagnóstico é crucial para a preservação cultural, pois ajuda a analisar mudanças estruturais e identificar causas de degradação. Ele também investiga a composição dos materiais e as intervenções anteriores (Tirello, 2013).

No pavimento inferior, os pisos de quartzito mostram desgaste e substituições. Os taboados de madeira apresentam manchas, rachaduras e danos por insetos, enquanto os pisos cerâmicos foram instalados nas adaptações dos banheiros (Oliveira, 2023, p. 95). No pavimento superior, as soleiras e os pisos variam em qualidade, com marcas de ferragens e intervenções em argamassa de cimento. A estrutura de sustentação dos pisos também foi afetada por infiltrações e problemas hidrossanitários (Oliveira, 2023, p. 95).

Na Capela, o piso de tabuado de madeira está em bom estado, mas o Armazém possui piso de cerâmica vitrificada de baixa qualidade, com escurecimentos e trincas (Oliveira, 2023, p. 95). O sistema de combate a incêndio da Câmara era inadequado e precisava de modernização, enquanto a substituição das instalações originais de água e esgoto foi recomendada, preservando as instalações remanescentes como documentos materiais (Oliveira, 2023, p. 103).

Os forros da antiga sede da Casa de Câmara e Cadeia foram alterados por intervenções inadequadas, resultando em péssimo estado de conservação das peças de madeira (Oliveira, 2023, p. 97). As esquadrias externas, predominantemente retangulares e de madeira, apresentam desgaste e oxidação, acumulando camadas de repintura e intervenções inadequadas (Oliveira, 2023, p. 98).

A escadaria da fachada principal, com três patamares e cinco lances de degraus de pedra, destaca-se por sua arquitetura, mas sofre com desgaste dos materiais e intervenções inadequadas, resultando em infiltrações e deterioração dos guarda-corpos (Oliveira, 2023, p. 99-100). A remoção do revestimento original em argamassa revelou a pedra picotada, exposta a desgastes e rachaduras (Oliveira, 2023, p. 100).

A escada de madeira que dava acesso ao telhado foi removida para a instalação de um banheiro e está em mau estado. A escada que leva à Capela possui degraus desgastados e trincados (Oliveira, 2023, p. 100). Em resumo, o prédio da Câmara, a Capela e o Armazém estão em mau estado de conservação devido ao desgaste dos materiais e à falta de manutenção, agravados por intervenções incorretas ao longo dos anos (Oliveira, 2023, p. 104).

## **2.2 Estado das Pinturas na Restauração da Câmara de Mariana**

Quanto às pinturas parietais, foram observadas as seguintes características: no corredor inferior, uma pintura tipo stencil na cor vermelha; na Sala dos Ex-presidentes, camadas de pintura decorativa; na Recepção, tom vermelho em pinturas anteriores; no Plenário da Câmara, pintura tipo stencil em azul claro, verde claro e verde escuro; e na Sala de Reunião, pintura com fundo bege e vermelho, salpicada com branco e amarelo. As esquadrias apresentaram marcas de remoção de repinturas com maçarico, o que dificulta a identificação das cores originais (Oliveira, 2023, p. 101).

Foram identificados tons de vermelho no pavimento inferior e tons de verde, mais recentes, no pavimento superior das vedações externas. Internamente, as esquadrias

mostraram cores diferenciadas (frente e verso), presumivelmente alinhadas com as salas, predominando os tons de verde e azul (Oliveira, 2023, p. 101).

Na Sala do Plenário da Câmara, as pinturas decorativas nos forros incluem um marmorizado azul na cimalha e tonalidades de marrom no tabuado. Na Sala de Reunião, observaram-se tonalidades de marrom, terra e bege na cimalha e azul no tabuado (Oliveira, 2023, p. 101).

A pintura da Capela é predominantemente branca, tanto interna quanto externamente, com detalhes em ocre nos cunhais, no embasamento da fachada, nas laterais da mureta da escada e na cimalha. Observou-se descolamento na base da parede interna direita. No Armazém, a pintura também é branca, com detalhes em ocre e esquadrias verdes, enquanto as portas frontais são brancas (Oliveira, 2023, p. 102).

### **2.3 Arqueologia da Arquitetura da Câmara de Mariana**

A "Arqueologia da Arquitetura" é apresentada como um paradigma transdisciplinar que, embora ainda pouco utilizado nas Ciências do Patrimônio, conecta áreas como Arqueologia, Arquitetura, História, Antropologia, Ciência da Conservação e História da Arte Técnica. Sua aplicação pode gerar controvérsias, pois busca um olhar distinto sobre o objeto cultural, situando-se na interseção dessas disciplinas. Inspirada na metodologia da "Arqueologia de Cotas Positivas e Negativas", que faz parte da Arqueologia Histórica, a "Arqueologia da Arquitetura" não se limita a identificar a cronologia do objeto, mas busca integrar a memória à pesquisa e ao restauro, conforme mencionado por Froner (2023, p. 116).

O Prédio de Câmara e Cadeia de Mariana, projetado por José Pereira dos Santos em 1762, é analisado sob a perspectiva de "Vigiar e Punir" (1975), revelando uma arquitetura que organiza corpos e segmenta o tempo. O nível superior permite a fluidez entre o externo e o interno, enquanto o subterrâneo reflete o controle social da nova sociedade colonial. As janelas que oferecem aos presos a visão da Capela de São Jorge simbolizam a busca por redenção. Além disso, o edifício possui um sistema de escoamento de água e uma "comuna" individual com latrina de pedra, destacando a

humanização do cárcere setecentista (Froner, 2023, p. 130). A construção recebeu autorização do Governador D. Rodrigo José de Menezes em 16 de outubro de 1782, com as obras arrematadas por José Pereira Arouca no dia 20 do mesmo mês (Froner, 2023, p. 130).

Segundo Souza (2023, p. 145-146), o processo de restauração da edificação, iniciado em 2021, representou o primeiro grande restauro moderno da estrutura. Tombado pelo IPHAN em 1945, o edifício já havia passado por diversas intervenções, embora sem grandes alterações. De forma inédita, o setor de Arqueologia do IPHAN exigiu um acompanhamento arqueológico fundamentado na teoria da Arqueologia da Arquitetura. Tal demanda, desconhecida até então pelos arquitetos, engenheiros e restauradores envolvidos, trouxe novas exigências ao canteiro de obras. O estudo arqueológico, que deveria ter sido realizado na fase de projeto, foi incorporado durante a execução, impactando a metodologia e o cronograma de atividades no canteiro.

A documentação gráfica prévia à análise estratigráfica inclui plantas e alçados do edifício, que destacam os limites das unidades identificáveis (Souza, 2023, p. 198). A documentação fotográfica também é crucial para o processo (Souza, 2023, p. 198). A leitura paramental, que pode ser detalhada ou expedita, permite a observação e identificação das unidades, descrevendo sua posição, forma, materiais e relações estratigráficas (Mañana Borrazás et al., 2002, p. 19, apud Souza, 2023, p. 198). Além disso, fichas de análise são utilizadas para organizar as informações recolhidas (Souza, 2023, p. 198). Finalmente, o diagrama final do edifício apresenta as unidades organizadas por atividades e fases, e é acompanhado por uma base de dados que compila todas as informações obtidas (Santos, 2013, p. 6, apud Souza, 2023, p. 198).

A restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana foi executada com algumas divergências do projeto original, mantendo, contudo, os valores e critérios basilares dele. As alterações foram necessárias devido aos resultados da aplicação da Arqueologia da Arquitetura, que mostrou elementos não previstos no projeto original, provavelmente devido à escassez de tecnologia presente na época da elaboração dele. (SOUZA, 2023, p. 210).

O estudo da Arqueologia da Arquitetura é fundamental para identificar divergências em relação ao projeto original e subsidiar decisões, conforme apontado por Souza. A identificação de elementos não previstos, possivelmente devido a limitações tecnológicas da época, possibilitou uma nova abordagem, tornando a restauração da Câmara de Mariana mais eficiente e aprimorando seu processo de execução.

#### **2.4 Processo de restauração da Câmara de Mariana**

A restauração da Casa de Câmara e Cadeia, da Capela de São Jorge e do Armazém começou em 2 de março de 2021. O objetivo foi resolver os problemas identificados no diagnóstico das edificações, que incluíram coberturas, beirais, chaminés, fachadas, estruturas e outros elementos. O projeto visou respeitar a preservação cultural e a integridade estética e histórica das edificações (Oliveira, 2023, p. 106).

O processo iniciou-se com um levantamento arquitetônico detalhado, essencial para a implementação do projeto arquitetônico. Este levantamento foi complementado por modelagem em 3D utilizando AutoCAD e SketchUp, além de análises do solo e estudos estratigráficos dos elementos arquitetônicos. Essas análises permitiram determinar o que deveria ser restaurado, preservado ou removido e também incluíram a recuperação do entorno das edificações (Oliveira, 2023, p. 107).

Oliveira (2023, p. 110) relata que o projeto preservou as peças originais das latrinas e banheiros individualizados, evidenciando a preocupação com a saúde dos presos. A edificação inclui uma comuna em pedra, fogões ou lareiras, tanques para banho e um sistema de drenagem. Prospecções revelaram diversas cores e pinturas em stencil. A remoção parcial do piso de madeira demonstrou a necessidade de sua substituição completa. A restauração do forro de gamela recuperou o sistema de encaixes e a pintura originais, bem como as tesouras do telhado. Uma escada de madeira foi preservada para permitir a visualização das estruturas do telhado, do forro de gamela e da torre sineira.

Segundo Oliveira (2023, p. 113), foram criadas “janelas” para identificar os sistemas construtivos da edificação, como alvenaria de pedra, pau-a-pique e adobe, e houve

decapagens de pinturas. No entanto, uma intervenção controversa ocorreu na sala de reuniões dos vereadores, anteriormente ocupada pelo superintendente, onde os revestimentos das quatro paredes foram removidos de acordo com a planta de 1762. Além disso, a escolha e instalação de lustres geraram polêmica. Em vez de lustres modernos inspirados nos antigos, foram utilizados lustres de estilo antigo, mas fabricados recentemente, o que foi considerado um “falso histórico” devido à falta de imagens dos elementos de iluminação do século XIX. Apesar das mudanças e das rupturas históricas, a Casa da Câmara de Mariana preservou grande parte de sua estrutura e imagem original, adaptando-se ao século XXI sem alterar significativamente sua aparência histórica (Oliveira, 2023, p. 114).

A Casa de Câmara e Cadeia de Mariana é um estudo exemplar que reflete as transformações e saberes acumulados ao longo de mais de dois séculos, conforme relatado por Souza (2023, p. 156). O autor observa que, apesar das limitações dos materiais disponíveis localmente, foi possível expressar todos os interesses plásticos da construção, tanto nas características estilísticas quanto nos trabalhos ornamentais. Assim, a escolha dos materiais e a concepção impactam diretamente as características estilísticas da edificação (Souza, 2023, p. 181).

O projeto "As Built" de 2023 complementou o projeto original com soluções técnicas atualizadas e abordagens coparticipativas, tratando a restauração da Casa de Câmara como um processo adaptativo e respeitoso às técnicas de restauro (Souza, 2023, p. 189).

Souza (2023, p. 193-195) realizou uma pesquisa abrangente sobre o edifício, incluindo levantamento bibliográfico, documental e iconográfico, e analisou materiais como livros, dissertações e fotografias. Foram usadas metodologias de levantamento gráfico, escaneamento a laser e registro fotográfico das condições iniciais, além de um estudo do solo devido a patologias no muro de arrimo. A análise estratigráfica paramental identificou e datou camadas construtivas e destrutivas, utilizando unidades estratigráficas para elementos como portas e janelas (Roskams, 2003, apud Santos, 2013, p. 4; Souza, 2023, p. 193-195).

Durante a elaboração da base de dados, as prospecções murárias foram registradas em fotografias e relatórios, conforme sugerido por Santos (2013, apud Souza, 2023, p. 198). Esses registros foram organizados em fases construtivas, refletindo a construção, reconstrução e remodelação do edifício. Projeções dos espaços foram criadas a partir dos achados, incluindo plantas baixas e cortes dos ambientes internos e externos. A fase 5 consistiu na criação de um modelo interpretativo que integrou todos os dados coletados (Santos, 2013, apud Souza, 2023, p. 198).

Conforme Souza (2023, p. 211), iniciou-se o processo de reestruturação do piso e substituição das peças de barrote, com o desenvolvimento de um novo projeto elétrico em colaboração com os interessados. Este projeto foi planejado para instalar os dutos de lógica e energia entre o piso e o barroteamento, evitando cortes desnecessários nas alvenarias de pedra e nas paredes com pinturas parietais.

Conforme relatado por Souza (2023, p. 212), na fachada frontal da edificação, a porta de acesso ao corredor do pavimento térreo foi executada como janela para a enxovia das mulheres. Além disso, alterou-se a localização da instalação do elevador e dos banheiros acessíveis, otimizando o espaço e liberando uma das salas para os serviços camarários, mantendo ambas as intervenções (banheiros e elevador) no mesmo espaço.

O prédio foi adaptado para garantir acessibilidade, com a transformação de uma janela em porta, a construção de uma rampa e a instalação de um elevador, permitindo a participação de pessoas com deficiência nas reuniões (NEVES, 2023, p. 42). Essas adaptações atendem ao §2º do art. 227 da Constituição Federal, que exige acessibilidade em logradouros e edifícios públicos, e são reforçadas por legislações federal, estadual e municipal específicas (PEREIRA & LIMA, s.d. apud NEVES, 2023, p. 42).

Foi criado um espaço fechado abaixo da escada que leva ao campanário para abrigar quadros de energia, lógica e a máquina do elevador. Suas paredes foram feitas de madeira e drywall para minimizar o peso e diferenciar o material do original (SOUZA, 2023, p. 212).

O acabamento das paredes dos três edifícios foi feito com tinta mineral, permitindo a transpiração das paredes de terra e pedra. As cores aplicadas, incluindo o vermelho das janelas, o azul dos batentes, o cinza da cimalha mestra e o barrado cinza, foram determinadas a partir das prospecções estratigráficas (SOUZA, 2023, p. 212).

Observou-se que a Casa de Câmara e Cadeia possui pinturas artísticas parietais simplificadas em comparação com outras edificações da mesma época. A sala do plenário apresenta um forro de gamela sem pintura artística, apenas com acabamento simples em tinta verde. Por outro lado, a sala da secretaria possui paredes adornadas com “marmorizados” grandes, feitos com cal e pigmentação para imitar o mármore (SOUZA, 2023, p. 231).

Conforme Sampaio, Silva e Souza (2023, p. 257), a restauração da Capela de Nosso Senhor dos Passos revelou detalhes inesperados sobre as modificações no complexo. Durante a preparação das paredes para pintura, foi descoberto um antigo corte no reboco que coincidia com a estrutura do oratório da Sala Livre, anteriormente usado como armário. O oratório foi reinstalado em seu local original. Outras descobertas incluíram alterações na fachada, a perda do primeiro degrau da escada e intervenções laterais, que foram revertidas para restaurar o detalhamento original, removendo o chapisco de cimento (Sampaio, Silva e Souza, 2023, p. 258).

Uma laje de pedra encontrada no canteiro correspondia ao degrau ausente da escada, permitindo sua completa restauração com a pedra original (Sampaio, Silva e Souza, 2023, p. 260).

No Armazém ou Casa da Fábrica, foi identificado que apenas algumas paredes com adobe pertenciam à construção original, enquanto outras foram substituídas por blocos de cimento e tijolos cerâmicos. A restauração envolveu a demolição de um banheiro externo e a criação de novos banheiros acessíveis, um salão amplo e uma copa para a Câmara Municipal. A escadaria principal, feita de xisto e destacando a habilidade técnica de José Pereira Arouca, e os pináculos de pedra-sabão foram restaurados, seguindo o estilo da escadaria da igreja de São Francisco. A limpeza da cantaria

revelou o reboco e a pintura originais em terracota (Sampaio, Silva e Souza, 2023, p. 261).

O campanário, modificado no final do século XX com a substituição de alvenarias de adobe por tijolos cerâmicos, apresentava trincas que inicialmente pareciam indicar deslocamento do frontão de pedra. Na realidade, o telhado havia cedido, levando parte do campanário durante a reforma. As paredes foram grampeadas, a cobertura foi reconstruída e a estrutura consolidada para garantir sua estabilidade (Sampaio, Silva e Souza, 2023, p. 263).

O projeto de restauração da Casa de Câmara e Cadeia enfrentou desafios para garantir acessibilidade sem comprometer a integridade histórica. O acesso original às celas, planejado para ser feito por alçapões, foi alterado para um corredor com portas para as enxovias. A janela da enxovia das mulheres foi transformada em uma porta, e escadas de madeira foram construídas para superar o desnível. Essas escadas, substituídas várias vezes, foram remodeladas para atender às normas vigentes (Sampaio, Silva e Souza, 2023, p. 266, 268).

Durante a restauração da Casa de Câmara e Cadeia, foram encontrados vestígios significativos de grafismos, como desenhos, cálculos e caricaturas, sob várias camadas de tinta no corredor de acesso às enxovias. Antes da restauração das esquadrias, estas foram medidas, numeradas e identificadas, e as camadas adicionais de repintura foram removidas. Descobriu-se que a camada mais antiga era de tinta vermelha sangue de boi, essencial para restaurar a forma e a funcionalidade das esquadrias (Sampaio, Silva e Souza, 2023, p. 268).

As fachadas laterais do edifício apresentam diferenças notáveis. A lateral direita possui uma parede cega no primeiro pavimento e três janelas no segundo, além de uma janela adicional, sem peitoril de pedra, inserida durante a reforma dos anos 1990. Na lateral esquerda, a base de pedra estava coberta por um volume de terra, o que expunha as paredes à umidade. Para mitigar riscos estruturais, foram instalados um dreno francês subterrâneo e um sistema de condução de água pluvial (SAMPAIO, SILVA e SOUZA, 2023, p. 269-270).

A fachada posterior possui três janelas no primeiro pavimento e cinco no segundo, com embasamento em pedra e três chaminés. A janela central foi convertida em porta com rampa de acesso para melhorar a acessibilidade. O aqueduto de pedra-sabão fornecia água e permitia a limpeza do sistema de esgoto (SAMPAIO, SILVA e SOUZA, 2023, p. 269-270).

O projeto de restauração enfrentou desafios para garantir a acessibilidade sem comprometer a integridade histórica. A proposta inicial de dois elevadores foi revisada, resultando na transformação de uma janela da fachada posterior em porta e na instalação de uma rampa de acesso, construída com quartzito de Passagem de Mariana para manter a coerência com o material original (Sampaio, Silva e Souza, 2023, p. 270, 271).

A Câmara Municipal de Mariana reabriu seu prédio histórico em 2 de agosto de 2023, mantendo sua estrutura e beleza originais e revelando pinturas e inscrições antigas (Neves, 2023, p. 44).

### 3 Teorias de Restauração na Câmara de Mariana.

Durante o processo de restauração, adotou-se o princípio de que "o julgamento do valor dos elementos em questão e a decisão sobre o que pode ser eliminado não podem depender unicamente do autor do projeto", conforme estabelecido pela Carta de Veneza (Art. 9-13, 1964). Esse documento tem por finalidade preservar e valorizar os aspectos estéticos e históricos dos monumentos, fundamentando-se no respeito ao material original e à autenticidade dos documentos. A restauração, considerada uma intervenção excepcional, objetiva manter esses valores, preservando o material original. Em caso de dúvidas, as intervenções devem ser claramente identificáveis e refletir a contemporaneidade, sendo sempre precedidas e acompanhadas por estudos arqueológicos e históricos, de acordo com as orientações da Carta de Veneza (Art. 9-13, 1964). As Figuras 1 e 2, apresentadas a seguir, ilustram os métodos propostos pelos restauradores para preservar esses edifícios e restaurá-los à sua condição original, em conformidade com os princípios estabelecidos na época.



Figura 1: Esquadrias e janelas pintadas na cor identificada por prospecções, conforme uso anterior. Fotografia da autor.



Figura 2: Portas e esquadrias pintadas na cor identificada por meio de prospecções anteriormente empregadas. Fotografia da autor.

As janelas, portas e esquadrias apresentavam tonalidades distintas antes da restauração. Durante o processo de intervenção, ao realizarem pesquisas e investigações, foi descoberta uma tonalidade original mais antiga. Para preservar esse

elemento histórico e evitar danos à estrutura, optou-se por aplicar uma nova camada de pintura sobre a superfície, de forma a respeitar a integridade do material e a cor original, sem comprometer o aspecto estético da edificação. Embora a pintura seja nova, ela remete à tonalidade original, mantendo a coesão visual do conjunto arquitetônico, o que contribui para a autenticidade e harmonia da edificação restaurada, restaurando a coesão do edifício de forma respeitosa e integrada. Nesse contexto, as Cartas Patrimoniais, como a Carta de Veneza, podem ser fundamentais na explicação e justificativa de tais intervenções, pois fornecem diretrizes para a preservação do patrimônio, garantindo que as ações respeitem a autenticidade e o valor histórico da edificação.

A reversibilidade absoluta de materiais e processos é um ideal inatingível. Conforme aponta Muñoz Viñas (2003, p. 115, apud Caldas, 2013, p. 71), o conceito de reversibilidade não é absoluto, tendo sido revisado por diversos autores que consideram os efeitos dos tratamentos sobre os artefatos. Materiais e processos podem ser circunstancialmente reversíveis ou irreversíveis, o que torna inviável o critério de retorno completo à condição anterior à intervenção. A empresa responsável pela restauração, por sua vez, parece ter aplicado essa teoria ao identificar materiais anteriores e demonstrar sua evolução, ressaltando as limitações do conceito de reversibilidade. Os restauradores utilizaram técnicas e materiais específicos para garantir a autenticidade e integridade da obra. A questão central acerca da reversibilidade de um material deve ser: "Qual o grau de reversibilidade deste material ao ser aplicado em um processo específico, considerando este objeto particular?" (Muñoz Viñas, 2003, p. 110-111 apud Caldas, 2013, p. 71). Com base nessa reflexão, passamos à análise das figuras que ilustram a aplicação prática dessas teorias.



Figura 3: Alvenarias pintadas com tonalidades e artes identificadas por prospecções, conforme uso anterior. Fotografia do autor.



Figura 4: Alvenarias pintadas com tonalidades e artes das prospecções, em conformidade com uso anterior. Fotografia do autor.

Conforme Caldas (2013, p. 72), a conscientização dos profissionais sobre as limitações do critério de reversibilidade foi fundamental para a introdução de novos conceitos, como removabilidade e retratabilidade. A partir dos debates nos espaços especializados sobre conservação e restauração, o critério da reversibilidade, consolidado por Brandi, foi renomeado e reconceituado. Atualmente, o termo utilizado pela teoria contemporânea é "retratabilidade". A restauração visa ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem recorrer à falsificação artística ou histórica, e sem anular os vestígios da passagem do tempo sobre a obra (BRANDI, 2004, p. 33). Embora a restauração tenha como objetivo recuperar a unidade potencial da obra, conceito distinto da unidade estilística, é imprescindível preservar a autenticidade do monumento, evitando-se falsificações que comprometam sua integridade. Nesse contexto, as pinturas das figuras 3 e 4 ilustram claramente a aplicação dessa teoria e justificativa. A restauração das pinturas artísticas foi realizada com a repintura nas tonalidades e técnicas identificadas nas prospecções, permitindo a diferenciação entre as áreas originais e as intervenções mais recentes, correspondendo a uma das cores originalmente utilizadas, e respeitando assim a integridade e autenticidade da edificação.



Figura 5: O processo de reversibilidade foi realizado na porta dos fundos, que anteriormente era uma janela, possibilitando sua futura reversão. Fotografia do autor.



Figura 6: Um elevador foi acrescentado, porém o processo é reversível caso seja necessário. Fotografia do autor.



Figura 7: Reversibilidade realizada na porta dos fundos, antes uma janela, permitindo futura reversão (vista externa). Fotografia do autor.

Conforme preconizado pela Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a acessibilidade visa assegurar o uso seguro, independente e autônomo de espaços, serviços e informações por pessoas com deficiência, sendo imprescindível a implementação de soluções que garantam a eliminação de barreiras e a promoção da plena autonomia desses indivíduos. No contexto da restauração e preservação do patrimônio arquitetônico, intervenções como o processo de reversibilidade aplicado à porta dos fundos, que anteriormente funcionava como janela, e a instalação de um elevador, têm como finalidade assegurar a inclusão universal. Tais adaptações são concebidas com o princípio da reversibilidade, permitindo modificações que podem ser desfeitas sem comprometer a integridade e a autenticidade do edifício, conforme ilustrado nas Figuras 5, 6 e 7.

O conceito de reversibilidade é exemplificado no tratamento dado à porta dos fundos, que foi transformada a partir de uma janela. A modificação foi executada de maneira a garantir que, caso necessário, a porta possa ser revertida à sua configuração original de janela simples. A adaptação da pequena porta inferior seguiu rigorosamente as características da alvenaria de pedra, mantendo a harmonia entre os elementos originais e as modificações contemporâneas. Dessa forma, a intervenção assegura a continuidade do caráter histórico da edificação, permitindo ajustes futuros sem comprometer sua essência, em consonância com os princípios de preservação e acessibilidade.

Esse processo exemplifica, na prática, a aplicação da teoria de Cesare Brandi, especialmente no que se refere à reversibilidade das intervenções. A preocupação com a preservação da autenticidade e integridade do monumento, sem que as modificações alterem substancialmente o caráter original do edifício, reflete os princípios teóricos de Brandi, que buscam garantir que as adaptações respeitem e integrem os elementos históricos e contemporâneos de forma equilibrada. O mesmo princípio pode ser observado no caso do elevador: embora se trate de uma estrutura maior, ele também é removível, permitindo sua utilização sem prejudicar o edifício, demonstrando que é possível preservar a história de um edifício enquanto se incorpora tecnologias de acessibilidade.



Figura 8: Quadro interativo com vidro temperado que permite aos visitantes assinar e deixar suas marcas em uma edificação histórica, sendo removível para garantir flexibilidade e respeito ao patrimônio. Fotografia do autor.



Figura 9: Vista do outro lado do quadro interativo com vidro temperado, que permite aos visitantes assinar e deixar suas marcas em uma edificação histórica, sendo removível para garantir flexibilidade e respeito ao patrimônio. O quadro está localizado atrás deste antigo portão. Fotografia do autor.

A Câmara de Mariana é um importante ponto de interesse turístico. Segundo Choay (2001, apud Brusadin e Silva, 2011, p. 75), o turismo cultural representa a forma mais intensa de contato entre o público e os monumentos históricos. Nesse contexto, a implementação de recursos interativos com a população exemplifica uma dimensão da reversibilidade: um quadro de vidro temperado foi instalado, permitindo que os visitantes assinem e deixem suas marcas em frente à edificação histórica. Esse vidro, no entanto, pode ser removido a qualquer momento, assegurando flexibilidade e respeito ao patrimônio, como demonstram as Figuras 8 e 9. Além disso, essa intervenção reforça a continuidade das memórias antigas e novas, conforme Choay

(2001, apud Brusadin e Silva, 2011, p. 73), ao afirmar que “uma sociedade não pode preservar e cultivar sua identidade senão pela sua própria memória”. Assim, a adaptação proposta não apenas respeita a edificação histórica, mas também permite que novas memórias sejam agregadas à sua história, sem comprometer sua integridade original.

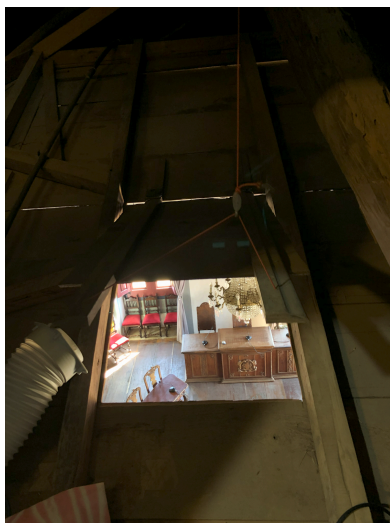


Figura 10: Janela aberta para o operador de som e transmissão acompanhar as atividades técnicas e sugerir melhorias nas transmissões online das reuniões e eventos do Legislativo. Fotografia do autor.



Figura 11: Janela aberta para o operador de som e transmissão, projetada para ser removível. Fotografia do autor.



Figura 12: Janela aberta para o operador de som e transmissão, projetada para ser removível no forro, garantindo mínima intervenção e preservação do objeto histórico. Fotografia do autor.

A janela destinada ao operador de som e à transmissão das reuniões e eventos no plenário (Figuras 10, 11 e 12) foi projetada de forma removível no forro, garantindo uma intervenção mínima e a preservação do objeto histórico. A adaptação de espaços preexistentes para novas funções é fundamental para assegurar a continuidade funcional do edifício, prevenindo sua obsolescência e contribuindo para a manutenção do tecido urbano, especialmente no contexto da Câmara de Mariana. O sótão deste edifício, com seu teto inclinado e forro de madeira (Figura 14), abriga uma sala

equipada com uma divisória industrial, concebida para ser removível, de modo a preservar a integridade do patrimônio (Figura 13).

Tais intervenções estão alinhadas aos princípios estabelecidos por Cesare Brandi, que defende que a integração das intervenções deve ser sempre claramente perceptível, sem comprometer a unidade que se busca restabelecer. Brandi também enfatiza que toda intervenção de restauro deve ser planejada de forma a facilitar futuras intervenções, em vez de inviabilizá-las (BRANDI, 2004, pp. 47-48).



Figura 13: Escritório no sótão, construído com divisórias industriais, projetado para transmissões online e som das reuniões no plenário, preservando a estrutura histórica. Fotografia do autor.



Figura 14: Estrutura do telhado e do forro do plenário. Fotografia do autor.

Para garantir o avanço do processo de restauração da Câmara, modificações foram implementadas de forma compatível com a preservação histórica. O sótão, anteriormente utilizado como cadeia e salas administrativas, foi adaptado para área expositiva após a restauração, sem comprometer a estrutura original. O escritório, localizado no sótão e dividido por divisórias industriais, foi projetado para as operações de transmissão e sonorização do plenário, conforme ilustrado nas Figuras 13, 22 e 23.

Esse processo de adaptação reflete a ideia de reuso adaptativo, conceito que,

conforme Ordoñez (2022), promove a regeneração urbana sustentável, prolongando a vida útil dos edifícios, evitando a geração de resíduos e reutilizando a energia incorporada. A Declaração de Amsterdã destaca que a conservação de edificações existentes contribui para a economia de recursos e a redução de resíduos. Nesse contexto, o prédio da Câmara, além de manter sua função original, passou a abrigar uma área expositiva, integrando cultura e reforçando a relevância do reuso adaptativo.



Figura 15: Banheiro em processo de ampliação, destacando a estrutura antiga na restauração realizada pela empresa A3. Registro de Adriano Furini



Figura 16: Banheiro masculino em finalização, com instalação do vaso sanitário na reforma realizada pela empresa A3. Registro de Adriano Furini.



Figura 17: Banheiro com acessibilidade. Fotografia do autor.

A abordagem de reuso adaptativo também reflete as ideias de Gustavo Giovannoni (1873-1947), um dos pioneiros na valorização do patrimônio urbano. No início do século XX, Giovannoni ganhou projeção internacional com suas contribuições, especialmente por meio do artigo "Velhas cidades e nova construção urbana", publicado na revista *Nuova Antologia* em 1913. Nesse artigo, ele discutiu o conflito entre as cidades antigas e as demandas contemporâneas, propondo uma solução

intermediária: os centros históricos podem atender às necessidades cotidianas da população, desde que os novos usos sejam compatíveis com a sua morfologia (Fernandes e Baeta, 2021).

As intervenções em patrimônios históricos devem ser realizadas com cautela, a fim de evitar a descaracterização e preservar a integridade do bem. Para tanto, as propostas precisam se basear no conhecimento prévio do objeto e em soluções fundamentadas em experiências anteriores. Esse cuidado é essencial para atender às necessidades contemporâneas sem comprometer o futuro do patrimônio, prezando por sua sustentabilidade, conforme discutido por Costa (2016, p. 44).

A relação entre acessibilidade e patrimônio é um binômio inseparável, conforme expõe Ubierna (2010, apud Costa, 2016, p. 44), ao afirmar: "o binômio acessibilidade e patrimônio, questões técnicas à parte, guarda profundos vínculos com sensibilidade e respeito, sendo, portanto, não alheio à filosofia." Quando as adaptações necessárias para garantir a acessibilidade se mostram inviáveis por comprometerem a autenticidade do bem, alternativas, como trajetos alternativos, devem ser implementadas. Caso essas soluções não sejam suficientes, a visitação deve ser restringida, conforme defendido por Ferreira (2010, p. 20, apud Costa, 2016, p. 44).



Figura 18: Escada parcialmente construída para complementar o acesso ao sótão. Fotografia do autor.



Figura 19: Escada de acesso ao sótão, vista de ângulo distinto. Fotografia do autor.



Figura 20: Sótão com sino e janela instalada para impedir o acesso de aves. Fotografia do autor.

Neste contexto, a restauração do espaço levou em consideração tanto a preservação do patrimônio quanto a implementação de melhorias para acessibilidade. Foram construídas escadas para o sótão (Figuras 18 e 19) e instalados banheiros masculinos e femininos, ambos com acessibilidade (Figuras 16 e 17), com o objetivo de atender às necessidades dos funcionários e parlamentares. Além disso, a conversão de uma sala existente em banheiros, junto com a instalação de um elevador, foi essencial para garantir o uso adequado do espaço. Essas intervenções foram realizadas de maneira a respeitar as características originais do patrimônio, evitando sua descaracterização e preservando sua integridade.

Essa abordagem reforça a ideia de que a população deve sentir-se parte do processo de intervenção no patrimônio. O objetivo principal da preservação é assegurar que o patrimônio permaneça acessível à sociedade e que se mantenha na memória coletiva, fortalecendo o sentimento de pertencimento ao lugar. Assim, as intervenções devem

favorecer a vivência e possibilitar experiências de troca entre o cidadão e o espaço público, como aponta Costa (2016, p. 44).



Figura 21: Lustre pendente, incorporado no último processo de restauração, que harmoniza com o edifício restaurado. Fotografia do autor.



Figura 22: Espaço, originalmente cadeia e, posteriormente, salas administrativas, adaptado para exposições após a restauração da Câmara Municipal de Mariana. Fotografia do autor.

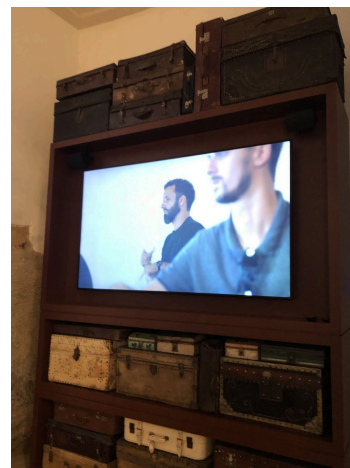


Figura 23: Espaço, anteriormente cadeia e salas administrativas, adaptado para exposições após a restauração na Câmara de Mariana. Fotografia do autor.

A reconstituição de uma obra, mesmo quando se utilizam os mesmos materiais, não pode ser considerada uma restauração, pois resulta em uma falsificação estética e histórica. A Figura 21, que ilustra o uso de um lustre, evidencia a incorporação de material novo, o que pode dificultar a distinção entre o material original e o novo, conforme sugerido por Brandi (1977). Isso representa um problema em um processo de restauração autêntico, especialmente para pessoas menos experientes ou não especializadas. O local e os materiais originais desempenham papéis fundamentais na representação e preservação histórica da obra. Assim, a remoção de uma obra de arte de seu local de origem deve ocorrer exclusivamente quando for imprescindível para sua conservação, conforme defendido por Brandi (1977, p. 11-12, apud Oliveira, 2009, p. 77).

A construção de novos ambientes e a utilização de materiais modernos evidenciam a necessidade de intervenções cuidadosas no patrimônio histórico. A adoção de recursos contemporâneos, como sistemas de televisão (Figuras 24, 25 e 26), adaptações de salas em banheiros acessíveis e a instalação de escadas, demonstra que é possível realizar intervenções respeitando a integridade do patrimônio. Essa abordagem atende tanto às teorias de **Gustavo Giovannoni**, que, como mencionado no contexto do reuso adaptativo, discute a necessidade de manter a autenticidade ao adaptar centros históricos e monumentos, quanto à teoria de **Cesare Brandi**, ao diferenciar o material novo do original e ao respeitar a preservação da autenticidade histórica do patrimônio.



Figura 24: Equipamentos de TV para aprimorar a comunicação e transmissão ao vivo da câmara. Fotografia do autor.



Figura 25: Equipamentos de TV para aprimorar a comunicação e transmissão ao vivo. Fotografia do autor.



Figura 26: Vista detalhada do forro da Casa da Câmara de Mariana, destacando sua estrutura e acabamento após a restauração. Fotografia do autor.

Além disso, é fundamental que cada caso de restauro seja analisado de forma individual, considerando a obra como um **unicum** e sua singularidade no contexto histórico. A obra de arte é, em essência, fruto da ação humana, devendo ser reconhecida pela sua importância histórica, e não pela moda ou gosto momentâneo. A consideração histórica deve prevalecer sobre a estética. Sob essa perspectiva, a ruína, do ponto de vista artístico, deve integrar-se ao complexo monumental ou paisagístico em que está inserida, contribuindo para definir o caráter daquela zona (BRANDI, 1977, p. 30; 39-41, apud OLIVEIRA, 2009, p. 77).



Figura 27: Preservação do piso em estrutura de pedra na restauração executada pela empresa A3 no CAC, com registro de Adriano Furini.



Figura 28: Registro de agosto de 2024, de minha autoria, documenta a substituição do piso de pedra por madeira no CAC.

Nesse contexto, a empresa responsável pela intervenção optou por preservar as obras de arte nas prospecções, mantendo uma sala intacta, tal como estava originalmente, com o intuito de ilustrar o processo de conservação realizado anteriormente. No entanto, a sala do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC), que apresenta um piso de madeira, evidencia uma alteração posterior, provavelmente executada por outra empresa ou pela própria Câmara Municipal, contrastando com a abordagem adotada pela empresa A3, que preservou o piso de pedra original, respeitando as características do ambiente. A adoção do piso de madeira diverge da concepção defendida por Brandi, que destaca a importância da preservação da identidade histórica da obra, garantindo sua integração ao complexo monumental e o respeito ao caráter do espaço, conforme ilustrado nas figuras (27, 28).

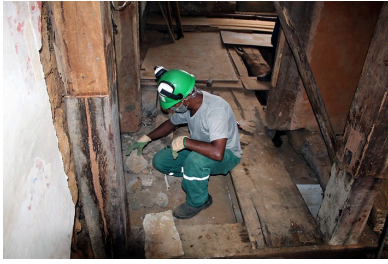


Figura 29: Intervenção restaurativa executada por funcionário da empresa A3, com visibilidade das estruturas de madeira da Câmara Municipal de Mariana. Fotografia de autoria do pesquisador.



Figura 30: Exame detalhado das vigas estruturais de madeira da Câmara Municipal de Mariana, evidenciando sua configuração e integridade estrutural. Fotografia de autoria do pesquisador.



Figura 31: Espaço anteriormente destinado à cadeia e salas administrativas, adaptado para exposições após a restauração da Câmara Municipal de Mariana. Fotografia de autoria do pesquisador.

Podemos concluir que a teoria de Cesare Brandi se consolidou como uma das mais influentes no campo da restauração contemporânea, estabelecendo diretrizes fundamentais para a preservação do patrimônio ao integrar aspectos estéticos e históricos com as demandas da modernidade. Sua aplicação é evidente nas intervenções realizadas em diversas edificações, como exemplificado pela adaptação de espaços, incluindo a instalação de banheiros. Embora Gustavo Giovannoni também tenha realizado contribuições significativas para o campo da preservação, observa-se que as teorias de Brandi e Giovannoni se complementam, formando uma abordagem abrangente e consistente para a restauração do patrimônio. Ambas as correntes teóricas se baseiam nos princípios estabelecidos por teóricos pioneiros como Eugène Viollet-le-Duc e John Ruskin, cujas contribuições foram fundamentais para a evolução das práticas restaurativas contemporâneas.

O uso das Cartas Patrimoniais, particularmente a Carta de Veneza e a Declaração de Amsterdã, é crucial para assegurar a preservação rigorosa do patrimônio. Nesse sentido, a preservação histórica e a acessibilidade emergem como elementos essenciais no planejamento e na manutenção de sítios históricos, orientando práticas

que respeitem tanto a integridade dos edifícios quanto as necessidades da sociedade contemporânea.

A aplicação dessas abordagens teóricas no estudo de caso da restauração da Câmara de Mariana demonstrou a viabilidade de equilibrar a preservação do patrimônio com as exigências contemporâneas, como a implementação de acessibilidade e modernização. Contudo, o processo de restauração revela os desafios contínuos entre a manutenção da autenticidade histórica e a adaptação dos edifícios para atender às necessidades atuais. O futuro da restauração do patrimônio estará necessariamente ligado a uma reflexão contínua sobre esses desafios, buscando soluções que preservem tanto o valor histórico quanto as exigências da sociedade moderna.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A restauração de imóveis históricos configura-se como medida essencial à preservação do patrimônio cultural, exigindo, contudo, adaptações que assegurem acessibilidade e funcionalidade. Tais intervenções visam aproximar a população de seu legado histórico, como se observa na instalação de sanitários, os quais tornam os espaços mais adequados às demandas da sociedade contemporânea. Durante o período escravocrata, as condições de habitação e convivência eram extremamente precárias; nesse sentido, a implementação de infraestruturas sanitárias representa um avanço significativo no contexto da preservação e da requalificação de edificações históricas.

No processo de restauração da antiga Câmara de Mariana, foram projetados sanitários masculinos e femininos, com o intuito de garantir condições básicas de higiene. Além disso, a incorporação dos princípios da acessibilidade universal promoveu uma transformação significativa, tornando o ambiente mais inclusivo e compatível com as exigências contemporâneas. Dessa forma, a preservação do patrimônio histórico e a promoção da acessibilidade consolidam-se como diretrizes essenciais no planejamento e na gestão de sítios históricos.

O estudo arqueológico exerce papel central na compreensão e conservação do patrimônio, sendo subsidiado por pesquisas acadêmicas e referências bibliográficas especializadas. A contribuição de teóricos da preservação, como Cesare Brandi, Eugène Viollet-le-Duc e John Ruskin, é decisiva para o aperfeiçoamento das práticas restaurativas contemporâneas. Destacam-se, ainda, os estudos de Gustavo Giovannoni, cuja atuação nas Cartas de Amsterdã e de Veneza consolidou importantes diretrizes voltadas à preservação patrimonial moderna.

A realização do presente estudo somente foi possível graças à colaboração de profissionais especializados na área de conservação e restauro, com destaque para o restaurador Adriano Luís Furini de Souza, sócio da empresa A3, responsável pelas intervenções na antiga Câmara e Cadeia de Mariana. A visita técnica ao local foi autorizada por meio de documentação formal, devidamente aceita e assinada pelo ex-vereador e ex-presidente da Câmara Municipal, senhor Edson Agostinho (“Leitão”).

Durante a referida visita, foi possível realizar o registro fotográfico do processo, com o apoio da jornalista Bruna Silva Santos Xavier Gomes, integrante da assessoria de comunicação da instituição.

A modernização das instalações contemplou, ainda, a integração de tecnologias contemporâneas, como sistemas de comunicação audiovisual, os quais asseguram o acesso à informação sem comprometer a autenticidade do edifício. Entretanto, a substituição do piso original de pedra por madeira suscitou debates acerca da preservação da materialidade histórica. Em discussões técnicas realizadas in loco, constatou-se que a alteração atendeu às necessidades funcionais dos servidores do Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC), os quais enfrentavam dificuldades na manutenção do piso original.

Dessa maneira, observa-se que, mesmo após o processo de restauração, o edifício continua a se adaptar às exigências contemporâneas, sem perder sua identidade histórica. A discussão sobre os limites entre conservação e intervenção permanece atual e pertinente: até que ponto é possível preservar sem modificar aspectos estruturais? Reflexões dessa natureza são essenciais para orientar futuras ações no campo da preservação patrimonial, de modo a garantir que as transformações respeitem a integridade e a relevância cultural dos bens restaurados.

## REFERÊNCIAS

ABONG - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. Manual de esboço de projetos. São Paulo: ABONG, 2002.

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. (Org.). Memória e novos patrimônios. Marseille: OpenEdition Press, 2015. p. 67-93.

ACHILLES, D.; DA ROSA, D. Perspectivas sobre memória social. *Psicanálise & Barroco em revista*, [S. l.], 2014. Disponível em: <https://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/7373>. Acesso em: 11 jul. 2024.

ALMEIDA, Rodrigo Ferreira de; NOGUEIRA, Marcia. A importância da conservação do patrimônio cultural para a identidade nacional. *Revista Brasileira de História da Arte*, v. 8, n. 2, p. 25-40, 2022. DOI: 10.20948/rbha.v8n2.2022.100. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/359256512>. Acesso em: 11 jul. 2024.

ANDRADE SANTOS, Ana Clara Ribeiro de; UBIDA, Iesmin Yamada; FERNANDES BORGES, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes. Teoria da restauração: Cesare Brandi – norteando as intervenções sem falso histórico e falso artístico. *Colloquium Socialis*, v. 2, n. especial 2, p. 734-740, 2018. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2018/suplementos/area/Socialis/Arquitetura%20e%20Urbanismo/TEORIA%20DA%20RESTAURA%C3%87%C3%83O%20CESARE%20BRANDI%20%20NORTEANDO%20AS%20INTERVEN%C3%87%C3%95ES%20SEM%20FALSO%20HIST%C3%93RICO%20E%20FALSO%20ART%C3%8DSTICO.pdf>. Acesso em: dez. 2024.

ANTONIO, J.; FREIRE, D. O papel das redes sociais e os novos desafios para a segurança interna. Lisboa, 24 abr. 2015. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/15411/1/MEDIATED\\_CROWDS\\_FINAL\\_C\\_ALT.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/15411/1/MEDIATED_CROWDS_FINAL_C_ALT.pdf). Acesso em: 11 jul. 2024.

ANTUNES, Álvaro A.; SILVEIRA, Marco Antonio. Casa de Câmara e Cadeia: espaços e símbolos do poder em Mariana (século XVIII). In: SILVEIRA, Marco Antonio; ANTUNES, Álvaro A. (Org.). *O espaço e os construtores de Mariana (século XVIII)*. 1. ed. Mariana: EdUFOP, 2016. p. 15-36.

AUSTRALIA ICOMOS. The Burra Charter 2013: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance. Burwood: Australia ICOMOS, 2013.

BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1947.

BARRETO, Paulo Thedim. Casas de Câmara e Cadeia. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, Faculdade Nacional de Arquitetura, 1949.

BERGSON, Henri. Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral: Capa Cristal. Tradução em português. São Paulo: Paulus Editora, 2017.

BOXER, Charles Ralph. O império marítimo português: 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Michelle Cardoso. Forjando status e construindo autoridade: perfil dos homens bons e formação da primeira elite social em Vila do Carmo (1711-36). 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BRANDÃO, Carlos Augusto Leone. Câmara municipal, poderes locais e festas públicas: o caso da Vila do Carmo (século XVIII). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2009.

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Cotia: Ateliê Editorial, 2004. (Coleção Artes & Ofícios).

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 1 abr. 2025.

BRUSADIN, L. O uso turístico do patrimônio cultural em Ouro Preto. Disponível em: [https://www.academia.edu/49163057/O\\_Uso\\_Tur%C3%ADstico\\_Do\\_Patrim%C3%B4nio\\_Cultural\\_Em\\_Ouro\\_Preto](https://www.academia.edu/49163057/O_Uso_Tur%C3%ADstico_Do_Patrim%C3%B4nio_Cultural_Em_Ouro_Preto). Acesso em: 11 jul. 2024.

BUENO, Wilson da C. Estratégias de comunicação nas mídias sociais. Barueri: Manole, 2015. E-book. ISBN 9788520447437. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520447437/>. Acesso em: dez. 2024.

CALDAS, Karen Velleda. Reversibilidade ou retratabilidade? Discutindo o critério na teoria da conservação-restauração em Cesare Brandi e Salvador Muñoz Viñas. 2013. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: [https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/5375/Karen%20Velleda%20Caldas\\_Dissertacao.pdf?i](https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/5375/Karen%20Velleda%20Caldas_Dissertacao.pdf?i)

sAllowed=y&sequence=1. Acesso em: 1 abr. 2025.

CAMARA, P. S.; PAIVA, G. dos S.; SILVA, S. C. R. e. Camillo Boito, o teórico moderado do restauro. Resenhas Online, n. 218.02, 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/19.218/7636>. Acesso em: 11 jul. 2024.

CAPELLA, Rodrigo. A força do vídeo-release. Observatório da Imprensa, [S. l.], 18 jan. 2024. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/a-forca-do-videorelease/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

CARTA DE VENEZA. Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios. 1964. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/d7af9\\_Carta\\_de\\_Veneza\\_1964.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/d7af9_Carta_de_Veneza_1964.pdf). Acesso em: 11 jul. 2024.

CARVALHO, C. V.; BOTELHO, R. L. B.; RASSI, M. A. C. Escravo x escravizado: reflexões sobre a escravização. Pergaminho: Revista discente de Estudos Históricos, v. 12, p. 106-115, 2021. Disponível em: <https://revistas.unipam.edu.br/index.php/pergaminho/article/view/4549>. Acesso em: 11 jul. 2024.

CARVALHO, Luciana Menezes; BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha. Miatização do jornalismo na perspectiva da ecologia da mídia: a atuação potencializadora das mídias sociais digitais. Anais do Seminário Internacional de Pesquisas em Miatização e Processos Sociais, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-miatizacao-artigos/article/view/59>. Acesso em: 11 jul. 2024.

CASIMIRO, Cristiano. Restauro e História do prédio da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. In: SAMPAIO, Paula Silva; BROGLIO, Gustavo Fardin; SILVA, Ana Paula Pereira; SOUZA, Adriano Luis Furini de (orgs.). Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Mariana: Edições Alacib, 2023. p. 45-67.

CASIMIRO, Cristiano; TRINDADE, Fernanda; CASTRIOTA, Leonardo Barbi; SOUSA, Vilmar Pereira de; OLIVEIRA, Benedito Tadeu de; FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, Adriano Luís Furini de; SILVA, Paula; BROGLIO, Gustavo Fardin; SILVA, Ana Paula Pereira; SOUZA, Adriano Luís Furini de. Restauro e História do Prédio da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Mariana: Edições Alacib, 2023.

CAU/BR - CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. Patrimônio histórico na salvaguarda da arquitetura. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/formacao/patrimonio-historico-na-salvaguarda-da-arquitetura/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

CHAVES, Pires et al. Coleção Impérios e Lugares do Brasil Série História, Espaço e Poder. [S.l.: s.n.], 2024. Disponível em:

[https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/casa\\_de\\_veranca\\_digital.pdf?m=1633536395](https://lph.ichs.ufop.br/sites/default/files/lph/files/casa_de_veranca_digital.pdf?m=1633536395). Acesso em: 11 jul. 2024.

CHAVES, C. M. das G.; PIRES, M. do C.; MAGALHÃES, S. M. de. (Orgs.). Casa de vereança de Mariana: 300 anos de história da Câmara Municipal. Ouro Preto: Editora UFOP, 2012. 308 p.

COSTA, Raíssa de Keller e. Acessibilidade e preservação no patrimônio cultural da cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. 2016. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-AMPQ5Q>. Acesso em: 1 abr. 2025.

DALL'ORTO, Felipe. Novos lugares e olhares de memória: (re)pensando o papel do documentário. Mosaicum, v. 29, p. 33-46, 2019. Disponível em: <https://www.calameo.com/read/0048793348dc1c639f6b2>. Acesso em: 11 jul. 2024.

DE CARVALHO, Marcelo. A linguagem de vídeos e a natureza da aprendizagem. [S. l.: s. n.], [2015]. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81131/tde-13042015-153733/publico/Marcelo\\_de\\_Carvalho\\_Bonetti.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81131/tde-13042015-153733/publico/Marcelo_de_Carvalho_Bonetti.pdf). Acesso em: 11 jul. 2024.

DOS REIS, C.; CUNHA, C. Restaurando Viollet-le-Duc: Apontamentos a partir do incêndio na Catedral de Notre Dame de Paris. Um pretexto para falar de métodos e critérios. arq.Urb, v. 31, p. 3–16, 2021. DOI: 10.37916/arq.urb.vi31.491.

DUARTE, Jorge. Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia. 5. ed. São Paulo: GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597016147. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788597016147/>. Acesso em: dez. 2024.

ELEUTÉRIO, Kelly; OLIVEIRA, Machado. Poder camarário e vereança nos anos iniciais da formação do Estado Nacional Brasileiro: o perfil socioeconômico dos vereadores da Câmara Municipal de Mariana, 1828-1836. [S. l.: s. n.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur/Kelly%20Eleutrio%20Machado%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2024.

ELIZABETH VALÉRIA ROUWE DE SOUZA. A administração carcerária de Mariana no século XIX (1830-1890). Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP, 2003. p. 0-93.

FANTINATTI, Márcia. O Projeto Memória Globo reconta o período de redemocratização no Brasil: que história é essa? Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, v. 17, n. 1, p. 39-52, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645669>. Acesso em: 11 jul. 2024.

FERREIRA, B. R. A integridade da obra de arte versus a integridade da história: uma análise. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/c65a79d1-15fb-485a-9ace-8056a38ac923>. Acesso em: 11 jul. 2024.

FERREIRA, José Eduardo Ramos. O acesso do portador de deficiência ao patrimônio cultural. In: RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Direitos da pessoa portadora de deficiência. São Paulo: Max Limonad, 1997. p. 288. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/27807/1/MARCUS%20BEZERRA%20-%20O%20DIREITO%20DE%20ACESSIBILIDADE%20AO%20PATRIM%20C3%94NIO%20CULTURAL%20TOMBADO%20-%20A%20VIABILIDADE%20DE%20COEXIST%20C3%8ANCIA.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2025.

FERNANDES, Washington; BAETA, Álvaro. A preservação dos centros históricos e os desafios da urbanização contemporânea. Revista Arquitectos, v. 21, n. 246, 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/21.246/7958>. Acesso em: 1 abr. 2025.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANÇA, Ana S. Comunicação empresarial. São Paulo: GEN, 2013. E-book. ISBN 9788522484157. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484157/>. Acesso em: dez. 2024.

FRONER, Yacy Ara. Coleção e arquivo como prática coletiva: a narrativa, a retórica e o semiológico, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/15678>.

FRONER, Yacy Ara. Estruturalismo: por um sistema de significações do sensível, 2010. Disponível em: [http://www.cbha.art.br/pdfs/cbha\\_2010\\_goncalves\\_yacy\\_res.pdf](http://www.cbha.art.br/pdfs/cbha_2010_goncalves_yacy_res.pdf).

FRONER, Yacy Ara. Os domínios da Memória. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2001.

FRONER, Yacy Ara. Territórios da fenomenologia: o sujeito e o sensível, 2010. Disponível em: [http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/chtca/yacyara\\_froner\\_goncalves.pdf](http://www.anpap.org.br/anais/2010/pdf/chtca/yacyara_froner_goncalves.pdf).

GIOVANNONI, Gustavo. Vecchie città ed edilizia nuova. Nuova Antologia, Roma, 1913.

GRAMMONT, Anna María de. A construção do conceito de patrimônio histórico: restauração e cartas patrimoniais. PASOS Revista de turismo y patrimonio cultural, v. 4, n. 3, p. 437-442, 2006.

GRANATO, Marcus; SOUSA, Emanuela; ARAÚJO, Bruno Melo de. Cartas Patrimoniais e a Preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. Inf. Inf., v. 23, n. 3, p. 202–229, 2018. DOI:

10.5433/1981-8920.2018v23n3p202. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/108470>. Acesso em: 11 jul. 2024.

GUARAGNI, Marina Bianchi; DE OLIVEIRA VIANA, Alice. Reinventando o Antigo: John Ruskin e o Ornamento Assírio. [S.l.: s.n.], [s.d.].

HANSEN, Rodrigo; MATEUS; CRESTANI, Leandro; et al. O Documentário como Estratégia de Mobilização. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: [https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/encitec/20151027-175528\\_arquivo.pdf](https://www2.fag.edu.br/coopex/inscricao/arquivos/encitec/20151027-175528_arquivo.pdf). Acesso em: 11 jul. 2024.

HEIDEGGER, Martin. A origem da obra de arte. Lisboa: Edições 70, 1992.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Mariana. [s/d]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/372/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>. Acesso em: 11 jul. 2024.

JAIME, Rafael Rocha. O passado como motor da inovação: contribuições da memória para as Organizações. In: FRANÇA, Ana S. Comunicação empresarial. Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 9788522484157. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484157/>. Acesso em: dez. 2024.

KHOURI, N. et al. Vídeo institucional 3E-UEL1. Anais do XX Prêmio Expocom, 2013. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sul2013/expocom/EX35-0836-1.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2024.

LAGE, Maria M. José Pereira Arouca, um construtor na Mariana Setecentista: entre arrematações, monopólios e redes de sociabilidades (1753-1800). Handle.net, 2018.

LAGE, Maria Lopes. José Pereira Arouca, um construtor na Mariana setecentista: entre arrematações, 'monopólios' e redes de sociabilidades (1753-1800). Belo Horizonte, 22 de Março de 2021.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: Artes: Tonal/Atonal. Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984. p. 95-105. (Enciclopédia Einaudi, 3).

MACHADO, João Guilherme Nogueira. Perfil de Padrões de Metadados de Preservação para Documentos. Revista Brasileira de Preservação Digital, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rebpred.v4i00.17991>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MARIANA (MG). Histórico de Mariana. [S. l.], [s. d.]. Disponível em:

<https://www.mariana.mg.gov.br/historico>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MELLO E SOUZA, Laura. Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720 – Estudo Crítico. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

MERLO, Franciele; KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. Documento, História e Memória: A Importância da Preservação do Patrimônio Documental para o Acesso à Informação. *Informação & Informação*, v. 20, n. 1, p. 26, 2015.

MINAS 300 ANOS. Primeira capital de Minas, Mariana guarda memórias do ciclo do ouro. 2020. Disponível em: <https://www.minas300anos.mg.gov.br/noticias-e-artigos/primeira-capital-de-minas-mariana-guarda-memorias-do-ciclo-do-ouro/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MONKEY BUSINESS. Transformando notícias em press release em vídeo. [S. l.], 2024. Disponível em: <https://monkeybusiness.com.br/blog/transformando-noticias-em-press-release-em-video/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MORESCO, Marcielly C. et al. Assessoria de comunicação. Porto Alegre: Grupo A, 2020. E-book. ISBN 9786556900865. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900865/>. Acesso em: dez. 2024.

NEVES, Leonardo Augusto das. Restauração e ressignificação da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Mariana: espaço de memória, cultura e participação popular. 2023.

NEVES, Renata Romualdo Diorio. As marcas da liberdade: trajetórias sociais dos libertos em Mariana (MG) na segunda metade do século XIX. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26022008-133018/publico/DISSERTACAO\\_RENATA\\_ROMUALDO\\_DIORIO.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26022008-133018/publico/DISSERTACAO_RENATA_ROMUALDO_DIORIO.pdf). Acesso em: 1 abr. 2025.

NEVES, William dos Santos. Assessoria na produção audiovisual: Casa de Câmara e Antiga Cadeia de Mariana. 2023. 66 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

NEVES, William dos Santos. Assessoria na produção audiovisual: Casa de Câmara e Antiga Cadeia de Mariana. 2023. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023. Disponível em: <https://www.monografias.ufop.br/handle/35400000/6679>. Acesso em: 6 abr. 2025.

NILSON, T.; THORELL, K. Cultural Heritage Preservation: The Past, the Present and the Future. [S.l.:

s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1224014/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2024.

OLIVEIRA, Nilza Ap. da Silva. Mapas mentais – uma forma de representar a compreensão e interpretação do lugar. [S.l.: s.n.], [20--]. Disponível em: [http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER2/Trabalhos\\_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20NilzaApdaSilvaOliveira.ED21.b.pdf](http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20NilzaApdaSilvaOliveira.ED21.b.pdf). Acesso em: 11 jul. 2024.

ORDONEZ, Victoria. Reuso adaptativo de patrimônios históricos: uma abordagem sustentável para as cidades. Revista *Restauro: arte, museu, arquitetura, cidade*, [S.l.], s/d. Disponível em: <https://revistarestauro.com.br/reuso-adaptativo-de-patrimonios-historicos-uma-abordagem-sustentavel-para-as-cidades/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

PAZ, Daniel Mellado. Uma Revolução Copernicana no Patrimônio: Considerações sobre a Teoria dos Valores na obra de Alois Riegl. Revista *Memória em Rede*, v. 15, n. 28, p. 339–368, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/24169>. Acesso em: 11 jul. 2024.

PEREIRA, Artur Oriel. O que é lugar de fala? *Leitura: Teoria & Prática*, v. 36, n. 72, p. 153-156, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.34112/2317-0972a2018v36n72p153-156>. Acesso em: 11 jul. 2024.

PEREIRA, Carlos Alberto; TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro; PEREIRA, Fabrício Luiz; ALFAGALI, Crislayne Gloss Marão. *O Espaço e os Construtores de Mariana: Séc. XVIII*. Editora UFOP, 2016.

PEREIRA, João; LIMA, André.[s.d.]. Apud NEVES, William dos Santos. *Assessoria na produção audiovisual: Casa de Câmara e Antiga Cadeia de Mariana*. 2023. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

PEREIRA, Kátia L.; LIMA, Marcelo de S. *Direitos fundamentais e acessibilidade: um estudo sobre a inclusão de pessoas com deficiência no espaço urbano*. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Apud NEVES, 2023.

PIRES, Eloiza Gurgel. A Experiência Audiovisual nos Espaços Educativos: Possíveis Interseções entre Educação e Comunicação. *Educação e Pesquisa*, v. 36, n. 1, p. 281-295, 2010.

PRESERVING CULTURE AND HERITAGE THROUGH GENERATIONS. Forum Overview (Speakers to be confirmed). [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: [https://amf.net.au/library/uploads/files/Forum\\_overview\\_and\\_theme\\_summaries.pdf](https://amf.net.au/library/uploads/files/Forum_overview_and_theme_summaries.pdf). Acesso em: 11 jul. 2024.

PUCINI, Sérgio. *Roteiro de documentário: da pré-produção à pós-produção*. Campinas: Papyrus, 2022. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: dez. 2024.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para Discussão. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/artigos/artigoredesjornalismorecuero.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2024.

REZENDE, Antônio Martinez de; BIANCHET, Sandra B. Dicionário do latim essencial. São Paulo: Autêntica, 2014. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582173190/>. Acesso em: dez. 2024.

RICOUER, Paul. Fase documental: a memória arquivada. In: A memória, a história e o esquecimento. Campinas: UNICAMP, 2010, p. 155-192.

RIEGL, Aloïs. O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Robson Antônio; COELHO, Jane Pessôa. O patrimônio histórico-cultural e sua importância para a sociedade. Femcultura, [s.d.]. Disponível em: <https://www.femcultura.ac.gov.br/o-patrimonio-historico-cultural-e-sua-importancia-para-a-sociedade/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

RUSKIN, John. A lâmpada da memória. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SANTOS, Bruna. Prédio Histórico da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana é Reaberto após Obras de Restauro. Câmara Municipal de Mariana, [s.d.]. Disponível em: <http://camarademariana.mg.gov.br/noticias/21599/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SANTOS, Clara Ribeiro de Andrade; UBIDA, Yamada; BORGES, Fernanda Dias da Cunha de Moraes Fernandes. Teoria da restauração: Cesare Brandi – Norteando as intervenções sem falso histórico e falso artístico. Colloquium Socialis, v. 2, n. Especial 2, p. 734–740, 2018.

SANTOS, José Pereira. Planta B da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. [s.d.]. Disponível em: [https://artsandculture.google.com/asset/planta-b-da-casa-de-c%C3%A2mara-e-cadeia-de-mariana-jos%C3%A9-pereira-dos-santos/TgEamTY\\_WgNiHQ](https://artsandculture.google.com/asset/planta-b-da-casa-de-c%C3%A2mara-e-cadeia-de-mariana-jos%C3%A9-pereira-dos-santos/TgEamTY_WgNiHQ). Acesso em: 11 jul. 2024.

SILVA, Maria Beatriz Nascimento da. Arquitetura civil e organização do espaço urbano em Vila Rica no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SILVA, Marcel Vieira Barreto; GOMES, Luciano Bezerra; SOARES, Ricardo de Sousa. O Cuidado em Cena: Processos de Criação Audiovisual na Interface entre Comunicação, Saúde Coletiva e Atenção Básica. Interface- Comunicação, Saúde, Educação, v. 25, p. 1-11, 2021.

SILVA, Victor; EMÍLIO, Pedro. Patrimônio Histórico– A Importância da Conservação de Edifícios Históricos para a Preservação da Identidade Cultural. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 1, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/838>. Acesso em: 11 jul. 2024.

SILVEIRA, L. F. B. da. A produção dos signos numa estrutura social antagônica. Trans/Form/Ação, São Paulo, v. 3, p. 81-90, 1980. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/QxcccKDCGnXzPw9Bnm3sSyy/?format=pdf&lang=pt>.

SMITH, Robert C. A arte colonial luso-brasileira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

SOUZA, Elizabeth Valéria Rouwe de. A administração carcerária de Mariana no século XIX (1830-1890). 2003. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2003. Disponível em: [https://sites.ufop.br/sites/default/files/lph/files/109\\_elizabeth\\_valria\\_rouwe\\_de\\_souza\\_-\\_a\\_administracao\\_carceraria\\_de\\_mariana\\_no\\_seculo\\_xix\\_1830-1890.pdf](https://sites.ufop.br/sites/default/files/lph/files/109_elizabeth_valria_rouwe_de_souza_-_a_administracao_carceraria_de_mariana_no_seculo_xix_1830-1890.pdf). Acesso em: 1 abr. 2025.

TEIXEIRA, Bruna Prudêncio. Do Local ao Nacional: A Atuação da Câmara de Mariana após a Implementação da Lei de Organização Municipal, 1828-1836. Almanack, n. 30, 2022.

TIRELLO, R. Diagnósticos de edifícios históricos. A que servem? A investigação da matéria arquitetônica e seus aportes com o restauro e a Arqueologia da Arquitetura. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5721098/mod\\_resource/content/0/DIAGNOSTICOS\\_DE\\_EDIFICIOS\\_HISTORICOS\\_A\\_Q%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5721098/mod_resource/content/0/DIAGNOSTICOS_DE_EDIFICIOS_HISTORICOS_A_Q%20%281%29.pdf). Acesso em: 11 jul. 2024.

TRINDADE, F. Atores e valores: o processo de readequação do espaço físico da Casa de Câmara e Cadeia de Mariana. Handle.net, 2018.

TRINDADE, Raimundo. Arquitetura de Mariana: Subsídios para sua história. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953.

TRINDADE, Bruna Gonçalves da. A Câmara de Mariana e sua atuação política, institucional e cultural no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023

UBIERNA, José Antonio Juncà. Patrimonio Cultural. Accesibilidad y Patrimonio Cultural. A la búsqueda de un equilibrio compatible. Boletín del Real Patronato Sobre Discapacidad, n. 64, p. 7-14, 2010. Disponível em: [https://www.realpatronatodiscapacidad.gob.es/publicaciones/Documents/Boletin\\_64.pdf](https://www.realpatronatodiscapacidad.gob.es/publicaciones/Documents/Boletin_64.pdf). Acesso em: 1 abr. 2025.

VASCONCELLOS, Luís de. Mariana: a primeira capital de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Imprensa

Nacional, 1947.

WESTERKAMP, C.; CARISSIMI, J. Vídeos institucionais: uma análise comparativa. Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife, 2011. p. 1-15.

ZANDONADE, Vanessa; FAGUNDES, Maria Cristina de Jesus. O vídeo documentário como instrumento de mobilização social. Assis: IMEA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/zandonade-vanessa-video-documentario.pdf>. Acesso em: dez. 2024.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882006000100012>. Acesso em: 11 jul. 2024.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. Revista Brasileira de História, v. 26, n. 51, p. 251–262, 2006.

ZIERHUT, Raquel Molinete; RUSCHEL, Andressa Carolina. Abordagem dos teóricos Viollet-le-Duc, John Ruskin e Cesare Brandi na restauração em patrimônios históricos: o caso da Casa Ipiranga. Revista Thêma et Scientia, v. 11, n. 2E, p. 56-76, 2021. Edição especial Arquitetura e Urbanismo. Disponível em: <https://ojsrevistas.fag.edu.br/index.php/RTES/article/download/1400/1377/4170>. Acesso em: 11 jul. 2024.